



**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

MARIO DA COSTA MARÇAL

**DESENVOLVIMENTO PARA O TIMOR-LESTE: UMA
ANÁLISE DA POLÍTICA INDUSTRIAL**

REDENÇÃO-CE-BRASIL

2017

MARIO DA COSTA MARÇAL

**DESENVOLVIMENTO PARA O TIMOR-LESTE: UMA
ANÁLISE DA POLÍTICA INDUSTRIAL**

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Administração Pública de modalidade presencial do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) como parte da exigência para obtenção de grau bacharel em Administração Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Barbosa da Conceição

REDENÇÃO-CE-BRASIL

2017

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da UNILAB (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catálogo na fonte

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

M262d Marçal, Mario da Costa.

Desenvolvimento para o Timor-Leste: uma análise da política industrial. / Mario da Costa Marçal. – Redenção, 2017.

76 f.; 30 cm.

Monografia apresentada ao curso de Administração Pública do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICESA da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Barbosa da Conceição.

Inclui figuras, gráficos, tabelas e referências.

1. Timor-Leste - Historia. I. Título.

CDD 959.86

MARIO DA COSTA MARÇAL

**DESENVOLVIMENTO PARA O TIMOR-LESTE: UMA
ANÁLISE DA POLÍTICA INDUSTRIAL**

Monografia julgada e aprovada para obtenção do Diploma de Graduação em Administração Pública na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Data: 30/03/2017

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Eliane Barbosa da Conceição

Orientadora

Profa. Dra. Maria Vilma Coelho Moreira Faria

Membro

Profa. Dra. Andréa Yumi Sugishita Kanikadan

Membro

DEDICATÓRIA

Este trabalho homenageia à minha mãe Alda da Costa Ribeiro, meu pai Alfredo Marçal e irmãos, além de toda a família que contribuiu com meus estudos desde a educação familiar até a universidade, por meio de formação moral e suporte financeiro.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus pelo dom da vida, sua misericórdia, amor e saúde que me oferece em cada dia e durante a elaboração deste trabalho. Com a força de Nossa Senhora Imaculada Conceição, como mãe e mediadora que sempre me escuta no momento que necessito, a proteção e inteligência de pensar, e me guiar no processo da escrita para conclusão deste trabalho.

Minha gratidão à orientadora do trabalho, professora Eliane Barbosa da Conceição que direcionou os caminhos de elaboração de um trabalho na vida acadêmica, não somente pela produção deste Trabalho de Conclusão de Curso, mas em outros trabalhos acadêmicos, principalmente na submissão dos trabalhos em eventos acadêmicos e pelas ofertas dos cursos para melhoramento da escrita e leitura. Essa gratidão se refere à participação da orientadora não somente em relação ao levantamento da bibliografia, mas também no atendimento das necessidades de consultas e tirar dúvidas durante todo o percurso do trabalho até a conclusão do curso. A gratidão também direciona às tutoras juniores que pertencem no programa Pulsar do Curso de administração Pública (presencial) na correção dos textos desde no início do trabalho até seu término.

Agradeço também à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) com apoio do Ministério da Educação do Estado Brasileiro, juntos com suas instituições de ensino em diversos setores na oferta do ensino superior público de qualidade e gratuito, e a cooperação com demais países falantes da língua portuguesa. Esse agradecimento também se refere aos professores, técnicos administrativos, trabalhadores terceirizados e as pessoas de limpeza do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ISCA), do Curso de Administração Pública presencial que dedicam seu apoio na melhoria das condições de atividades acadêmicas.

Ao Ministério da Educação do Timor-Leste, além de ser considerado um órgão de elaboração da política educacional, também oferece apoio financeiro para facilitar o processo de ensino desde o início do percurso acadêmico até concluir a graduação. Essa gratidão refere-se também à Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL), como representante do Ministério da Educação do Estado timorense, o apoio ao programa de cooperação entre os governos timorense e brasileiro, desde sua implantação até a chegada dos estudantes timorenses na UNILAB para concretizar essa cooperação.

EPIGRAFE

*Quero ofertar a minha vida, Gastar os meus dias, minha
juventude, Por amor! Porque o meu perfume não se
espalhará, Se não se derramar por amor a Deus!*

Missionário Shalom

RESUMO

A Política Industrial (PI) é uma das estratégias utilizadas pelos países desenvolvidos e em desenvolvimento para aceleração de taxa de crescimento econômico, a criação de novos postos de trabalho e também para a busca do equilíbrio no comércio exterior. O objetivo deste trabalho é analisar o Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste de 2011 a 2030, principalmente o que foi proposto como Plano de Investimento Privado, verificando, à luz da teoria de desenvolvimento, da literatura sobre Política Industrial e da comparação com experiências de países estrangeiros que já praticaram essa política, se as políticas e ações previstas no Plano de Investimento Privado poderão alcançar o Timor-Leste para o desenvolvimento econômico ou não. Trata-se, assim, de uma análise de política pública, conforme sugerida por Secchi (20015) e Farah (2013). Desenvolvimento na perspectiva do Sen (2010) é um processo de expansão das liberdades substantivas que os indivíduos gozam, pois essa liberdade é a capacidade que as pessoas têm de se autodeterminar. Conforme aponta a literatura estudada, a PI pode contribuir para o crescimento econômico das nações, mas tudo irá depender do modo como é implementada. A industrialização para Timor-Leste é um dos meios previstos no plano do Estado que visa à criação de uma nação mais forte e próspera. O que justifica a PI para Timor-Leste é a necessidade de país produzir bens de consumo básico diário, gerar emprego, regular da atividade industrial, aumentar a receita tributária, e ampliar a possibilidade de pagamento de salário justo para os trabalhadores. Além disso, o Estado precisa restringir a entrada do capital externo e fortalecer a economia do país, desenvolvimento tecnológico das indústrias, descentralizar e diversificar os programas do Estado. Os resultados da pesquisa sugerem que a industrialização para Timor-Leste significa ir além do crescimento econômico, pelo qual a sociedade tenha a liberdade de participar ativamente do desenvolvimento, sem haja a exploração dos trabalhadores.

Palavra chave: Timor-Leste, política industrial, desenvolvimento humano, crescimento econômico, protecionismo.

ABSTRACT

The Industrial Policy (IP) is one of the strategies used by developed and developing countries to accelerate the rate of economic growth, the creation of new jobs and also the search for balance in foreign trade. The objective of this work is to analyze the Strategic Development Plan of Timor-Leste from 2011 to 2030, especially what was proposed as Private Investment Plan, verifying, in the light of development theory, the literature on Industrial Policy and the comparison with experiences of foreign countries that already practice this policy, if the policies and actions foreseen in the Private Investment Plan can reach Timor-Leste for economic development or not. It is, therefore, a public policy analysis, as suggested by Secchi (20015) and Farah (2013). Development in the perspective of Sen (2010) is a process of expansion of the substantive freedoms that individuals enjoy, for such freedom is the ability of people to self-determine. As the studied literature points out, IP can contribute to the economic growth of nations, but everything will depend on how it is implemented. Industrialization for Timor-Leste is one of the means envisaged in the state plan for the creation of a stronger and more prosperous nation. What justifies IP for Timor-Leste is the need for the country to produce basic daily consumer goods, generate employment, regulate industrial activity, increase tax revenue, and increase the possibility of payment of fair wages to workers. In addition, the State needs to restrict the inflow of foreign capital and strengthen the country's economy, technological development of industries, and decentralize and diversify some state programs. Concluding that industrialization for East Timor is to go beyond economic growth, whereby society is free to participate actively in the development without the exploitation of workers.

Key word: Timor-Leste, industrial policy, human development, economic growth, protectionism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Localização de Timor-Leste no mundo.....	21
Figura 2: Timor-Leste com divisão dos municípios.....	21
Gráfico 1: População de Timor-Leste.....	24
Gráfico 2: Produto Interno Bruto de Timor-leste (% por ano).....	26
Gráfico 3: Educação - Ensino básico, secundário Geral e secundário Técnico.....	29
Gráfico 4: Gasto Público em relação ao Desenvolvimento Industrial.....	43
Gráfico 5: Produção Agrícola em Timor-Leste.....	68
Quadro 1: Breve história da política industrial Japonês.....	58
Tabela 1: Produto Interno Bruto não petrolífero (PIBnp) de Timor-leste entre 2002-2012, a preços correntes de 2000 e a preço correntes.....	26
Tabela 2: Produção não petrolífera e participação do setor público (%).....	27
Tabela 3: Índice de Desenvolvimento Humano de Timor-Leste 2002-2010.....	31
Tabela 4: Exportação e Importação.....	32
Tabela 5: Quantidade de pessoas registradas à procura emprego.....	32

LISTA DE SIGLAS

ADB: *Asian Development Bank*

BAD: Banco Asiático de Desenvolvimento

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CNEFP: Centro de Emprego e Formação Profissional

DGE: Direção Geral de Estatística

FINEP: Financiadora de Estudos e Projetos

FMI: Fundo Monetário Internacional

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

IEDI: Instituto de Estudos para Desenvolvimento Industrial

ILO: *International Labour Organization*

MF: Ministério de Finanças

ONU: Organização das Nações Unidas

OPLOP: Observatório dos Países de Língua Oficial Portuguesa

P&D: Pesquisa e Desenvolvimento

PBQP: Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade

PDD: o Programa de Desenvolvimento Descentralizado

PDP: Política de Desenvolvimento Produtivo

PED: Plano Estratégico de Desenvolvimento

PI: Política Industrial

PIB: Produto Interno Bruto

PIBnp: Produto Interno Bruto não petrolífero

PITCE: Política Industrial, Tecnológico e de Comércio Exterior

PNB: Produto Nacional Bruto

PND: Plano Nacional de Desenvolvimento

PPC: Projeto Pedagógico do Curso

SEFOPE: Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego

TCC: Trabalho de Conclusão do Curso

UNDP: *United Nations Development Programme*

UNTIM: *Universitas Timor Timur*

UNTL: Universidade Nacional Timor Lorosa'e

WISE: *Women in Self-employment*

ZPEs: Zonas de Processamento de Exploração

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Percurso da Pesquisa	15
1.2 Aspectos Metodológicos.....	18
1.3 Estrutura do Trabalho	21
2 REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE	22
2.1 Contexto Histórico: breve relato sobre trajetória socioeconômica do país	22
2.2 População Jovem	26
2.3 Produção	26
2.4 Problemas Públicos Relacionados à Ausência da Política Industrial	29
2.4.1 Participação do setor privado.....	29
2.4.2 Acesso ao ensino (taxa de matrícula).....	30
2.5 Pobreza e Desenvolvimento Humano.....	32
2.6 Comércio Externo.....	33
2.7 Mercado de Trabalho e Emprego	35
3 DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA DE AMARTYA SEN	37
3.1 Princípios de Desenvolvimento como Liberdade.....	37
3.2 Perspectiva da Liberdade.....	40
3.3 Os Fins e os Meios do Desenvolvimento	41
4 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA POLÍTICA INDUSTRIAL	42
4.1 Política Industrial para Países em Desenvolvimento e não Industrializados	47
4.1.1 Desenvolvimento e dependência no sistema nacional de economia na perspectiva da política do Friedrich List.....	47
4.1.2 Mercado interno e desenvolvimento econômico	50
4.2 Características de uma Política Industrial para o Século XXI.....	51
5 UTILIZAÇÃO DA POLÍTICA INDUSTRIAL NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	54
5.1 Política Industrial do Estado Brasileiro	54
5.2 Política Industrial do Japão	58
6 CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE TIMOR-LESTE (POLÍTICA INDUSTRIAL).....	61
6.1 Plano Estratégico de Desenvolvimento – PED (2011-2030).....	61
6.2 Considerações sobre uma Política Industrial para Timor-Leste.....	65

<i>6.2.1 Característica da política industrial</i>	65
<i>6.2.2 Restringir a entrada de capital externo e fortalecer a economia de Timor-Leste</i>	66
<i>6.2.3 Desenvolvimento tecnológico por meio de investimento ciência e pesquisa</i>	68
6.3 Descentralização e diversificação das ações e programas	69
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	74

1 INTRODUÇÃO

A República Democrática de Timor-Leste¹ é um dos países mais jovens do mundo, conquistou sua liberdade a partir do resultado das eleições realizadas em 30 de agosto de 1999 e concretizou-se como Estado soberano em 20 de maio de 2002. O desenvolvimento para o Timor-Leste não é simplesmente trazer renda aos indivíduos, por meio do crescimento do Produto Nacional Bruto – PNB, mas também assegurar a qualidade de vida.

A Política Industrial (PI) é uma das alternativas utilizadas pelos países desenvolvidos e em desenvolvimento para aceleração do crescimento econômico e criação de novas vagas no mercado de trabalho que é muito importante para as sociedades capitalistas e, principalmente, para países como o Timor-Leste, visto que é, em sua maioria composto por jovens que necessitam de trabalho. Além disso, também equilibra o comércio exterior na medida em que há polo industrial para produzir os alimentos básicos que a população consome diariamente. Se bem direcionada, a PI é uma das políticas públicas que conduzem ao desenvolvimento e, assim sendo, poderá contribuir para minimizar os problemas públicos vivenciados após a independência do Timor-Leste.

O desenvolvimento conforme apresentado por Amartya Sen, implica ir além do crescimento econômico. Isso significa dizer que, não basta exclusivamente aumentar o Produto Interno Bruto – PIB e Produto Nacional Bruto – PNB, mas também prever a qualidade de vida das pessoas, com a ampliação de liberdades instrumentais como as oportunidades sociais e econômicas. Dessa forma, os indivíduos podem gozar de liberdade substantiva e participar em algumas decisões públicas.

Alguns dos problemas mais sérios com o quais a sociedade timorense hoje se depara, relacionam-se diretamente a ausência da indústria, são eles: dependência de importação de produtos de consumo básico da população – como cereais, produtos de higiene pessoal, eletrodomésticos etc., por essa razão o PIB do Timor-Leste é o mais baixo na Ásia; o mercado de trabalho encolhido ou a política trabalhista tímida, devido à fragilidade da economia; desemprego, especialmente entre os jovens, pois a maioria da população timorense é jovem e necessita do mercado de trabalho; desequilíbrio na balança comercial, uma vez que a maioria dos produtos como consumo básico é importada.

¹ Timor-Leste é um país localizado no sudeste asiático, na fronteira marítima com Austrália e terrestre com Indonésia. Um dos membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A sociedade timorense se defronta com outras questões que influenciam indiretamente a política industrial como problema: na educação básica e profissional, desoneração da máquina pública, infraestrutura e saúde.

A presença do polo industrial poderia contribuir para a resolução desses problemas apresentados anteriormente, pois, ajudaria a equilibrar o comércio exterior pelo menos reduzir a importação de produtos básicos, tais como: roupas, alimentos e entre outras. Além disso, a industrialização aumentará os postos de trabalho na sociedade timorense, o que levará à redução do desemprego e ampliação de acesso à renda. O governo também se beneficiará com o recolhimento de tributos, ampliando as receitas públicas que poderão investir em educação, saúde, e infraestrutura, entre outras.

O objetivo do presente trabalho é analisar o Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste de 2011 a 2030, especialmente o que foi proposto como Plano de Investimento Privado. A finalidade é verificar, à luz da teoria de desenvolvimento, da literatura sobre Política Industrial e comparação com experiências de países estrangeiros que já implantaram a política industrial, se as políticas e ações previstas no Plano de Investimento Privado poderão alçar o Timor-Leste no rumo do desenvolvimento econômico ou não. Quanto à metodologia, trata-se de uma análise da política pública conforme sugerida por Secchi (2015) e Farah (2013).

As motivações para a realização deste trabalho foram duas: a) no que diz respeito à academia: a abordagem de indústria precisa ser discutida e estudada nos estudos produzidos no campo de públicas e b) pensando na contribuição social, o trabalho se propõe a mobilizar dados e informações para contribuir na busca de possíveis caminhos para o desenvolvimento do Timor-Leste.

1.1 Percurso da Pesquisa

A elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso – TCC deu início a partir da idealização do assunto a ser tratado conforme exigido pelo projeto pedagógico do curso (PPC), na disciplina de Projeto de TCC. Para tanto, foi definido o tema da pesquisa denominada Incentivo de Crédito ao Setor Privado, como uma Forma para o Crescimento Econômico do Timor-Leste, com propósito de analisar a Lei do Investimento Nacional, que trata do incentivo ao setor privado para investir no país, e analisar as medidas tomadas pelo Estado timorense nesse processo de incentivo, principalmente para dar crédito produtivo ao setor privado.

O primeiro passo para iniciar a pesquisa foi a escolha da orientadora, com quem o aluno conversou, no mês de fevereiro de 2016 no Campus dos Palmares da Unilab. O segundo passo foi a escolha do tema do trabalho, tendo a orientadora sido solicitada para auxiliar nessa busca. O aluno tinha como interesse a questão do desenvolvimento econômico. A partir disso, a orientadora se interessou pelo assunto e começou a conversar sobre o tema ao longo do período letivo da disciplina naquele momento e o aluno solicitou à orientadora a indicação de textos interessantes para o desenvolvimento teórico do trabalho.

No mês de março, se deu o primeiro encontro para apresentação do projeto da pesquisa a ser realizada, em relação a análise da lei do investimento. Para desenvolver o corpo teórico do trabalho, foram indicados textos de diferentes fontes, mas do mesmo assunto, como por exemplo, o financiamento de crédito para as empresas. Feito a leitura e compreensão dos textos indicados, foi possível produzir e enviar o trabalho parcial à orientadora.

No segundo encontro, houve a apresentação da análise da orientadora sobre o trabalho e o estabelecimento de duas opções de possíveis temas a serem tratados no TCC, tais opções foram: a continuação do “crédito produtivo ao setor privado” e a “política industrial”. Porém foi muito difícil escolher qual assunto, dentre estes, seria tratado na elaboração do TCC e isso levou algum tempo para ser decidido. A partir então, escolheu-se a política industrial (tema atual do trabalho) baseando na leitura dos dados encontrados sobre a presença do setor privado na economia e a diferenciação enorme sobre comércio exterior do país. Esses dados baseiam-se no percurso econômico que o país está passando desde a restauração da sua independência.

Como naquele período estava no processo de vigência da disciplina do projeto de TCC, o trabalho se focalizou apenas nos pré-requisitos demandados pela disciplina. Continuou-se pesquisando para aprofundar o tema tratado, análise e correção da orientadora da disciplina e por fim apresentar o trabalho em maio de 2016 para obtenção de nota final.

Depois da apresentação do trabalho da disciplina de projeto TCC, o ritmo do trabalho começou a diminuir durante três meses, embora a pesquisa sobre assunto continuasse em ritmo desacelerado. Depois desses meses, a dedicação no trabalho intensificou-se e foi produzido quase em sua totalidade. No entanto, para o melhor entendimento entre orientando e orientadora sobre a escrita do trabalho, a elaboração do TCC teve a participação das tutoras Juniores que fazem parte do programa Pulsar do Curso de Administração Pública (presencial) da Unilab na correção do texto elaborado. Com andamento da correção do texto, houve o primeiro encontro de todos os orientandos junto com a orientadora para falar sobre todo processo de desenvolvimento do TCC. Nesse sentido, o desenvolvimento do trabalho foi

orientado com base do livro intitulado Análise de Políticas Públicas de Leonardo Secchi, pois a política industrial faz parte da política pública dentro do campo de públicas.

Nos primeiros dias do mês de outubro de 2016, a correção do texto foi concluído e enviado à orientadora para análise do trabalho completo e em relação à pesquisa continuou-se conforme a necessidade de completar os dados que diziam respeito à industrialização e desenvolvimento econômico. No mês de dezembro de 2016, foi recebida a correção do texto enviado junto com intervenções e indicações para o melhoramento do trabalho. Em seguida passou-se a desenvolver ainda mais o corpo do texto de acordo com as indicações feitas pela orientadora. Passadas duas semanas do mês de janeiro de 2017, teve terceiro encontro com todos os orientandos para apresentar o desenvolvimento do trabalho e apresentação das indicações da orientadora à serem seguidas, como por exemplo, estruturação do TCC, desde a introdução até as referências.

No terceiro encontro de orientação, como forma de continuidade do segundo encontro realizado no ano de 2016, foi indicado o acréscimo, no referencial teórico, da perspectiva de Amartya Sen sobre o desenvolvimento, no sentido de que a política industrial além de empregar, por meio de mercado de trabalho, à sociedade para aceleração do crescimento, o livro do Sen (Desenvolvimento como Liberdade) trouxe as novas ideias de que o desenvolvimento não traz simplesmente o mercado de trabalho e a renda para o crescimento econômico do país, mas é necessário assegurar a qualidade de vida das pessoas, de ver o “desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN, 2010 [1999], p. 16). E ao mesmo tempo, definiu os principais problemas influenciados pela ausência do polo industrial em Timor-Leste.

Como o trabalho trata do desenvolvimento e do crescimento econômico do país, foram indicados mais alguns textos, como por exemplo, Mercado Interno e Desenvolvimento Econômico de Ary Bouzan (1962), Desenvolvimento e dependência no sistema nacional de economia política de Friedrich List, Política industrial para século XXI de Dani Rodrik e juntamente com os dois relatórios de desenvolvimento humano de Timor-Leste (2002 e 2006) para enriquecimento do trabalho. Além desses textos, nos primeiros dias da elaboração do trabalho, foram feitas muitas consultas nos dados do governo timorense em relação ao desenvolvimento a analisar os planos estratégicos de desenvolvimento do país.

Após o terceiro encontro com a orientadora, foi indicado o aperfeiçoamento e correções finais do TCC para a finalização e apresentação do trabalho. Lembrando que no decorrer do trabalho ocorreram os encontros e atendimentos não agendados com objetivo de esclarecer

das dúvidas e questões surgidas no processo de elaboração do TCC. Por fim, no mês de março encerrou-se o trabalho completo e apresentou-se à comunidade acadêmica.

1.2 Aspectos Metodológicos

A metodologia utilizada na elaboração do presente trabalho é a chamada Análise de Política Pública e baseia-se no estudo dos livros de Leonardo Secchi (Políticas Públicas e Análise de Políticas Públicas) e nos artigos de Marta Ferreira Santos Farah (Análise de Política Pública no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de pública”; Administração Pública e Políticas Públicas e, por fim Gênero e Políticas Públicas). A ideia principal por trás de método de Análise de Política Pública é a geração e mobilização de conhecimento sobre problemas e soluções públicas para subsidiar a política pública (FARAH, 2016).

A Política Pública, segundo Secchi (2013, p. 2) é uma diretriz elaborada por finalidade de enfrentamento, diminuição e resolução do problema público. O papel do analista da política pública é diagnosticar o problema público, seu contexto, sua causa, promover informações necessárias e buscar alternativas mais adequadas para sua solução, ou seja, o analista de política pública é um autor técnico-político que desempenha em seguintes papéis: delimitar o problema público, criação das alternativas, coleta dos dados, tratamentos e análise destes dados, organização e mediação com outros autores políticos e grupos sociais que tenham o mesmo interesse, elaborar a *policy reports* e por fim estrutura as recomendações de política pública, conforme apresentado pelo Secchi.

Uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante (SECCHI, 2013, p. 2).

A análise de políticas públicas “[...] busca gerar e sistematizar informações relevantes para o processo decisório de políticas públicas. O objetivo central dessa atividade é dar subsídios informativos para que a política pública seja mais apta a resolver ou mitigar o problema público” (SECCHI, 2016, p. 10). Tal análise é uma das atividades consideradas como uma área de conhecimento teórico e metodológico que apresentam os meios voltados para geração e sistematização de conhecimentos aplicados para enfrentamento, solução e diminuição dos problemas públicos. Esta análise tem por finalidade de “[...] melhorar o processo decisório público com o uso de métodos e técnicas de análise de problemas (*problem*

analysis) e análise de soluções (*solution analysis*) para auxiliar nas decisões e estruturação de políticas, leis, programas, campanhas, projetos ou ações públicas” (SECCHI, 2016, p. 1).

Conforme Secchi (2016), o analista de política e programas públicos deve percorrer o ciclo da política pública, examinando todo o ciclo ou parte(s) dele(s). Assim, a análise de política pública se dará por meio da identificação do problema que levou à formulação e implementação da política analisada; do exame como se deu a formação da agenda, formulação de alternativas e a tomada de decisão. Esse percurso em si gera e mobiliza informações que serão úteis para corrigir o andamento da política, visando à resolução do problema social.

A primeira fase do ciclo da política pública consiste na identificação do problema que “geralmente feita pelos próprios grupos afetados, ou pelos meios de comunicação quando fazem denúncia de situações alarmantes ou de oportunidade de melhora, ou por qualquer indivíduo ou grupo que tenha sensibilidade pela causa” (SECCHI, 2016, p. 28).

A formação de agenda é considerada a segunda fase deste ciclo, fase em que a “[...] propagação da percepção do problema para outros grupos da sociedade (formadores de opinião, meios de comunicação, políticos, governamentais), eleva o problema público à condição de merecedor de intervenção pública” (SECCHI, 2016, p. 28).

A próxima fase, a formulação das alternativas, é o momento em que os analistas decidem a buscar soluções para o problema social em questão. Sabe-se que essas fases não ocorrem necessariamente de modo linear e que essa divisão é mais útil para fins didáticos do que para descrever como, de fato, o processo se deu no caso concreto. Mas, essas três primeiras fases do ciclo da política pública são, para Secchi (2016), as mais importantes para o analista de políticas públicas.

Conforme, Secchi (2016), a análise de política pública pode dividir em duas etapas, são eles: análise do problema (*problem analysis*) e análise da solução (*solution analysis*). Esta formulação das alternativas é a solução do problema público, ou seja, a resposta elaborada para enfrentamento do problema que trazer argumentos para defesa de alternativas. E por fim, a última fase que a tomada de decisão que apresenta as alternativas viáveis para solução do problema público.

No artigo de Marta Farah intitulado Análise de política pública no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de pública”, reconstituiu o percurso da análise de política pública no Brasil, baseando no estudo e análise de política. No início da sua obra, Farah mostra o percurso da *policy analysis* em Estados Unidos da América (EUA) que considera como centro do processo de institucionalização do campo de política pública

naquela nação e logo em seguida, apresenta o percurso da atividade de análise de política pública no Brasil.

Segundo Farah, existe a diferença entre o estudo de política pública e análise de políticas que foram tratados por Laswell, como duas práticas distintas, uma vez que ele “[...] propôs a constituição das *policy sciences*, discriminando duas vertentes em seu interior: uma orientada à busca de conhecimento *sobre* o processo de política pública (*policy studies*) e outra orientada *para* as políticas (*policy analysis*)” (LASWELL, 1951 *apud* FARAH, 2016, p. 962).

Os estudos *de* políticas, segundo essa tradição, são desenvolvidos por acadêmicos e dizem respeito à natureza das atividades do Estado, procurando entender e *explicar* o processo da política pública assim como os modelos utilizados por pesquisadores para analisar o processo de formulação e implementação de políticas (DOBUZINSKIS, HOWLETT E LAYCOCK, 2007 *apud* FARAH, 2016, p. 962).

Em relação à análise de política, corresponde os estudos para política, envolvendo “[...] a geração e a mobilização de conhecimento para subsidiar política pública” (FARAH, 2016). Além disso, a análise de política pode ser definida “[...] como a aplicação de pesquisa científica e de outras formas de conhecimento na formulação, implementação e avaliação de políticas” (HOWLETT; LAYCOCK, 2007, p. 3-4). Assim, o campo de análise de política pública se constituiu nos EUA no final da década de 60 e início de 70 a partir do movimento de análise de políticas pública que orientou a transformação de curso mestrado de administração pública para um curso de política pública. Um movimento que voltado para capacitação na formação profissional e servidores públicos que são capazes de solucionar os problemas públicos (MINTRON, 2007 *apud* FARAH, 2016, p. 963).

No que se refere à análise de política pública no Brasil, a prática ocorre desde nos anos 1930, por meio da participação de profissionais de divergentes formações disciplinares. Ainda deste ano, foi a primeira atividade para mobilização de conhecimento de base científica por objetivo de subsidiar a formulação de política pública no país, com implementação do Estado Nacional-Desenvolvimentista (VAITSMAN; RIBEIRO; LOBATO, 2013b *apud* FARAH, 2016).

O desenvolvimento dessa atividade a partir de então foi acompanhado por uma progressiva diversificação do *locus* onde ela se desenvolve e dos *atores* envolvidos, sem que se tenham configurado, no entanto, um campo de formação autônomo e uma comunidade discursiva com uma agenda própria (FARAH, 2016, p. 194).

Em relação ao campo teórico, em que se insere, o trabalho foi realizado a partir das análises dos conceitos de desenvolvimento na perspectiva do Amartya Sen e da literatura

sobre política industrial. Os dados empíricos tiveram por fonte o Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste (2011 a 2030) e os relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2002, 2006 e 2010, sobre desenvolvimento humano em Timor. Sendo essa uma limitação do trabalho, o fato de basear-se nos dados encontrados em documento e dados no site do governo timorense e outros organismos, não havendo o pesquisador se dirigido até local como objetivo de pesquisa da política industrial para Timor-Leste.

O presente trabalho se deterá especialmente no exame minucioso dos problemas sociais e econômicos decorrentes da ausência de indústria no território timorense, buscando auxílio na literatura sobre desenvolvimento e políticas industriais para analisar se a solução encontrada pelo Timor-Leste, que está materializada do Plano de investimento Privado do país, pode ser tida como uma alternativa viável para a promoção do desenvolvimento sustentável, sustentando e inclusive para o Timor-Leste.

A análise dos dados coletados será enriquecida com a utilização da técnica do benchmarking (Secchi, 2016), que consiste na comparação de determinada prática organizacional a modelos exitosos de organizações concorrentes. Aplicada à política pública é uma técnica utilizada para geração de alternativas com base em experiências de caso de sucesso na área em questão. Os países escolhidos para essa finalidade foram o Brasil e o Japão, nas fases iniciais do processo de industrialização.

1.3 Estrutura do Trabalho

Além desta introdução, o trabalho está estruturado em mais quatro partes. Na seção seguinte, resgata-se o contexto histórico do Timor-Leste. Apresentando aspectos de sua história até a conquistar da independência. A terceira e quarta parte, respectivamente vão introduzir os conceitos de desenvolvimento e a política industrial pelos autores e acadêmicos que tratam sobre o tema estudado. Apresentando a ideia de que o desenvolvimento não é o mesmo que crescimento econômico, mas que se trata de algo mais abrangente, que inclui garantir a qualidade de vida por meio do exercício da liberdade pelos indivíduos. De fato, o desenvolvimento como aqui defendido tem essa liberdade não apenas como *fim*, mas também como o *principal meio* do desenvolvimento. Em relação a PI, o trabalho destaca as principais funções da política industrial e sua influência nas economias capitalistas. Além de apresentar o tipo de política industrial mais indicada para países em desenvolvimento e não industrializados.

Na quinta seção, são mostrados os caminhos prosseguidos por outros países em desenvolvimento na mesma linha com Timor-Leste, demonstrando a direção que passa de implantar essa política de industrialização e apresentando as falhas do processo.

Na sexta parte apresenta os principais objetivos para o desenvolvimento econômico contidos no Plano Nacional de Desenvolvimento do Timor-Leste, além de apresentar algumas considerações do pesquisador sobre o desenho de uma política industrial para o país. Nessa seção, o pesquisador apontará algumas alternativas que poderão ajudar a PI do Timor-Leste a partir de análise das implantações das indústrias realizadas pelas diferentes nações. Mostrando novos caminhos seguidos para superar as falhas encontradas decorreu do percurso industrial dos países em desenvolvimento. E na última seção, são apresentadas as considerações finais do trabalho.

2 REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

2.1 Contexto Histórico: breve relato sobre trajetória socioeconômica do país

Timor-Leste é um dos países mais jovens do mundo que, especialmente após a entrada de Portugal nos anos 1515, teve seu território ocupado e sua liberdade cerceada pela força de diferentes nações, que a subjugaram, perpetrando torturas e guerras. Em 28 de novembro de 1975, um pouco mais de um ano após a Revolução dos Cravos em Portugal, que foi um movimento democrático e favorável à independência das colônias, Timor-Leste teve sua independência proclamada. No entanto, tal acontecimento não significou sua completa liberdade, uma vez que não veio a ser reconhecido como um país no cenário internacional, em razão da sua não legitimidade internacional, a Indonésia invadiu o país e o ocupou durante 24 anos (MONIZ, 2012, p. 9).

Durante a ocupação Indonésia, a sociedade timorense passou pelos piores sofrimentos da sua história, pois naquela época a Indonésia vivia sob a ditadura anticolonial do General Suharto dos anos 1965 a 1988. Nesse período “O exército indonésio praticou uma política de violência indiscriminada contra a população civil do Timor Leste, o que revoltou a todos os habitantes e gerou a morte de quase 200 mil pessoas, em 20 anos de repressão, fome e descaso mundial” e com “[...] violência perpetrada pelas milícias, estimulada pelos militares indonésios, fez com que a Indonésia fosse denunciada como violadora dos direitos humanos dos timorenses” (ROCHA, 2007, p. 3).

Os primeiros anos da ocupação são caracterizados pela obsessão indonésia pela dominação da resistência (que a seguir será citada) e reorganização da sociedade timorense, recorrendo a massacres de civis, violações e repressão, como também a políticas de negação da identidade nacional impondo costumes e comportamentos estrangeiros como a proibição do uso e ensino da língua portuguesa e a islamização. A invasão fez uso também de locais similares a campos de concentração, mas por eles chamados de “campos estratégicos”, que serviam de moradas transitórias para as aproximadamente 300.000 pessoas deslocadas de suas casas em 1979 (SANTOS, 2011 *apud* ZANIN, 2011, p. 25).

No dia 30 de agosto de 1999, foi realizado plebiscito com o apoio da ONU, para decidir o destino da população timorense, em que se buscou a opinião da sociedade para decidir pela liberdade total do país ou a sua integração com a comunidade indonésia. Em quatro de setembro do mesmo ano, foi anunciada a vitória pela liberdade total, o que obrigou os indonésios a deixar o país. Após isso, foi então instaurado o governo transitório da ONU, para que os povos timorenses organizassem todos os processos de formação do Estado. Em abril de 2001, o país teve sua primeira eleição para a escolha do primeiro presidente democraticamente eleito. Finalmente, o Timor-Leste figurava como um Estado soberano e composto como membro da Organização das Nações Unidas, em 20 de maio de 2002, sendo assim, um país independente (COLARES, 2006 *apud* ZANIN, 2011, p. 31). As figuras 1 e 2, abaixo, evidenciam respectivamente a localização geográfica e a divisão territorial do Timor Leste.

Figura 1: Localização de Timor-Leste no mundo



Fonte: Pedro L. Cuadrado , 2012

Figura 2: Timor-Leste com divisão dos municípios



Fonte: Go Timor Leste

Ao longo da colonização dos portugueses observou-se a insuficiência de investimentos que pudessem levar o país ao desenvolvimento. Igualmente na ocupação indonésia, não houve investimentos na área de infraestrutura ou em quaisquer outras áreas que trouxessem um fator interessante e que levassem a sociedade a entrar na via do desenvolvimento. Após sua independência, a economia do Timor-Leste não cresceu por diversos fatores, principalmente porque até o final do ano de 2004, o país não tinha receitas suficientes para financiar as despesas dos programas do Estado. Foi apenas no ano de 2005, que o Estado juntamente a Austrália, começou receber as receitas advindas da exploração de petróleo e gás localizados no território marítimo do país. A partir disso, o Estado começou a investir no desenvolvimento do país, buscando dar melhores condições de vida ao seu povo para erradicar a pobreza e a desigualdade social. Mesmo com o investimento máximo por parte do Estado, as despesas públicas ainda aumentam mais que as receitas, levando ao déficit orçamentário, dado que o Estado não conta com uma atuação do setor privado.

Por essa razão, foi criada a Lei do Investimento Nacional (Lei nº 4/2005), para incentivar o setor privado a investir no crescimento e desenvolvimento da economia do país como fator de geração de emprego, de riqueza e na melhoria das condições de vida da população timorense. Além disso, o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 dedica o seu quarto capítulo ao tema desenvolvimento econômico, na qual, dentre outros, estabelece metas para incentivar o investimento do setor privado. Constituindo-se tais metas no objeto de análise do presente trabalho.

O Timor-Leste é um país que está em processo de construção, na busca de melhores condições de vida ao seu cidadão e para isso tem buscado adotar medidas que promovam o desenvolvimento com base sustentável. Isso pode levar muito tempo para analisar quais são

os pontos principais a serem enfrentados primeiro, como base para desenvolvimento de todo o país. Pois é inviável uma nação deixar anos de colonizações e ocupações, para transformar-se em um Estado soberano, buscando implementar todas as políticas ao mesmo tempo. As políticas públicas básicas (saúde, educação, segurança, infraestrutura) que contribuem e dão suporte para a construção da nação, são os assuntos que precisam ser tratados com urgência.

Para que essa política de desenvolvimento seja alcançada, é identificar os problemas sociais que o povo enfrenta. Uma vez que um dos fatores importantes para implantar as políticas públicas de qualquer nação pelos seus dirigentes é reconhecer os problemas que sua sociedade está vivenciando e elaborar planos estratégicos baseados nesses problemas buscando minimizá-los. É claro que os problemas sociais sempre irão existir em qualquer país, o que leva o Estado a implantar a política necessária que possam eliminá-los quando possível ou, pelo menos minimizá-los. Considerando-se isto, a política industrial é tida como uma das políticas públicas que podem ou não contribuir para o desenvolvimento do Timor-Leste dependendo da maneira a ser implementada. Quando a política industrial bem desenvolvida, por meio da política tributária, política salarial e a condição digna do mercado de trabalho e participação efetiva dos povos timorenses, sem exclusão, essa política poderá contribuir para solução dos problemas enfrentados pelos timorenses.

Para que esta política seja implantada no Timor-Leste, o Estado está promovendo ações em nível nacional e internacional a fim de atrair novos investidores. O argumento é o caminho para que o país alcance o desenvolvimento autossustentado. Além disso, dentro dos seus planos para desenvolvimento está ainda a diversificação na sua linha de atuação. Um dos pontos principais para plano de desenvolvimento é diversificar a economia do país, e não somente explorar seus recursos naturais, desta forma preservando-os e assim obtendo outras fontes de receita. Outra forma para manter as indústrias no mercado é renovar as tecnologias as e máquinas utilizadas, buscando tecnologias renováveis e sustentáveis a fim de não poluir o meio ambiente e os indivíduos que estão ao seu redor.

Uma das estratégias para a implementação da política industrial se dá por meio da parceria realizada entre os países, porém é importante que o Estado adote alguns mecanismos, utilizando sua capacidade para mobilizar recursos necessários para o desenvolvimento da nação, de modo a não simplesmente garantir as cooperações e parceiros feitos, para que o Estado ao final dos planos de cooperação não adquira dívidas externas.

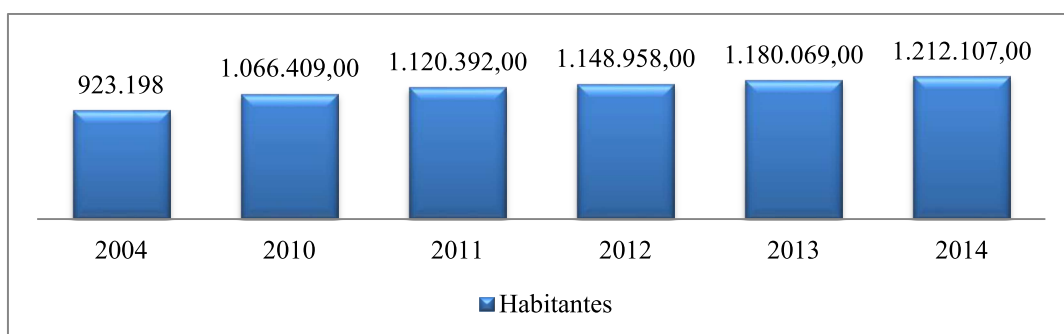
2.2 População Jovem

No primeiro censo realizado pós-independência, em 2004, pela Direção Geral de Estatística – DGE, a quantidade populacional de Timor-Leste era de 923.198, conforme apresentada no gráfico seguinte. Passados seis anos, a população timorense aumentou em 143.211. Portanto o último censo em 2010, o total da população timorense era de 1.066.409 pessoas (750.323 estão na zona rural e 316.086 na zona urbana), sendo que 544.198 é do sexo masculino (378.035 habitadas na zona rural e 166.163 habitadas na zona urbana) e 522.211, do sexo feminino (372.288 habitadas na zona rural e 149.923 habitadas na zona urbana), conforme apresentado pela DGE de Timor-Leste (2010).

Em relação à divisão por idade, Timor-Leste é vista como população jovem, pois, conforme apresentada pela direção, são 441.906 timorenses (dos quais 328.307 habitantes da zona rural e 113.599 habitantes nas cidades urbanas) com idade de 0 até 14 anos. Na faixa etária de 15 até 59 anos são, 536.936 pessoas (das quais 347.730 habitantes da zona rural e 189.206 estão na zona urbana). No que tange à idade de 60 a mais, a quantidade de pessoas é de 87.567, sendo que 74.286 habitando na zona rural e 13.281 em zona urbana (DGE, 2010).

Conforme apresentado pelo site *Index Mundi* em 2015, a expectativa de vida no nascimento de toda população timorense é 67,39 anos, sendo que 65,87 anos aos homens e 69,06 anos às mulheres (2014 est.).

Gráfico 1: População de Timor-Leste



Fonte: Direção Geral de Estatística, 2014

2.3 Produção

Desde a implantação do fundo petrolífero, em 2005, por meio da exploração do petróleo e gás no mar de Timor (localizado na fronteira marítima com a Austrália), as receitas não beneficiaram somente a geração atual, mas também as futuras gerações, assim o Estado

timorense utiliza esses recursos para investir nas áreas precárias que é preciso desenvolver. Após a implantação deste fundo, o país passou a se desenvolver consideravelmente, divergindo assim do seu primeiro ano de independência, conforme demonstra a tabela 1, abaixo. Outra área que precisa ser analisada quanto ao setor produtivo, denomina-se setor não petrolífero. São bens e produtos produzidos dentro do país que levam uma porcentagem da renda para sustentar alguma parte da família.

A maioria da população timorense vive da agricultura, através da produção de arroz, café, milho, feijão e entre outros alimentos produzidos pra o próprio consumo e não para a comercialização. De acordo com a Comissão de Economia, Finanças e Anti-Corrupção (2010 *apud* ZANIN, 2011, p. 36), [...] agricultura de subsistência possibilita o sustento de cerca de 80% da população de Timor-Leste, além disso, mais de 70% da mão de obra existente possui como ocupação principal a agricultura. Ao analisar a técnica utilizada na produção, THOMAZ (2008 *apud* ZANIN, 2011, p. 37) afirma que:

O predomínio da agricultura ocorre com técnicas tradicionais, baixa produtividade e extremamente vulnerável às alterações climáticas. As plantações são principalmente de arroz nas zonas baixas e milho e mandioca nas regiões montanhosas, além de vegetais, café e coco, 37 existindo comercialização apenas de modestos excedentes. Cada família cultiva somente as terras que julga necessárias para seu sustento, conseqüentemente [SIC], dada a irregularidade do clima, nos maus anos agrícolas torna-se necessário recorrer à importação de cereais, principalmente o arroz.

O setor produtivo agrícola do Timor Leste enfrenta ainda duas dificuldades consideráveis, a primeira é que a maioria dos agricultores não possui conhecimento especializado acerca do uso apropriado de fertilizantes e pesticidas, geralmente não tem condições financeiras de arcar com os custos destes produtos e também não tem acesso ao serviço financeiro. A segunda é a carência da garantia da segurança de abastecimento de água e melhoramento das estradas para o transporte dos produtos até respectivos mercados (GOVERNO DE TIMOR-LESTE, 2010 *apud* ZANIN, 2011, p. 37).

O desenvolvimento da agricultura, diversificação da produção e parcerias público-privadas são tidos como fatores fundamentais para o crescimento econômico do país, visto que contribuirão tanto para a geração de emprego e a redução da pobreza, quanto para a redução da migração para as zonas urbanas através da criação de mercado de trabalho.

A capital Dili sofre com o aumento populacional desde sua independência, pois quase metade da população do país está concentrada na capital. Sendo que no ano de 2010, último censo, totalizaram 296.616 habitados na capital, em seguida o município Baucau com 120.344 habitantes e o município com a menor população do país é Manatuto, com total de 46.702 habitantes do município (DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA, 2010).

Tabela 1: Produto Interno Bruto não petrolífero (PIBnp) de Timor-leste entre 2002-2012, a preços correntes de 2000 e a preço correntes.

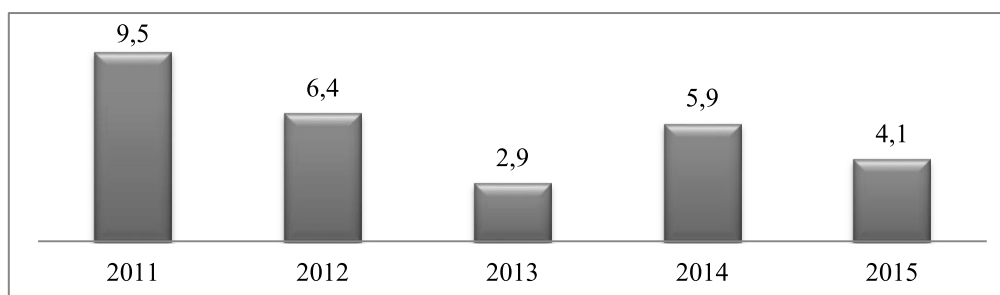
Produto Interno Bruto não petrolífero (np) a partir de 2002 até 2012 (milhões de USD)											
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008e	2009e	2010e	2011e	2012p
PIB np, a preço constantes de 2000	258	258	269	286	269	294	326	368	390	419	455
Idem, taxa de crescimento %	2.4	0.1	4.2	6.2	-5.8	9.1	11.0	12.9	6.1	7.3	8.6
PIB np, a preços correntes	284	298	309	332	327	358	444	556	628	709	807

e: estimado p: projetado

Fonte: Adaptado a partir da Diane Zanin, 2011, de acordo com os dados do FMI de setembro de 2011.

Segundo Fundo Monetário Internacional (FMI), o PIB do Timor-Leste poderá crescer 5,5% em 2017 e 6% em 2018. O superávit da conta corrente projetada para 2017 vai ser “menor para refletir um provável declínio na renda petróleo e um menor déficit no comércio de bens e serviços” (ADB, 2016).

Gráfico 2: Produto Interno Bruto de Timor-leste (% por ano)



Fonte: Asian Development Bank (ADB), 2016

Nos últimos anos, o país vem vivenciando uma aceleração em seu crescimento econômico, como resultado de investimentos do poder público no fomento de um setor privado, por meio de incentivos diversos. Segundo Banco Asiático de Desenvolvimento – BAD (2016), “o crescimento da economia de Timor-Leste acelere para 4,5% em 2016 e 5,5% em 2017”. Nesse sentido, começou-se a partir de liberação dos fundos do Estado para investimento das políticas públicas, através de parceria público-privado na construção da nação como, por exemplo, infraestrutura principalmente, foi dar vantagem maior ao setor privado, especificamente na área de construção e conseqüentemente na elevação do PIB.

2.4 Problemas Públicos Relacionados à Ausência da Política Industrial

2.4.1 Participação do setor privado

De acordo com os dados apresentados nessa seção, notar-se-á que a economia de Timor-Leste possui um baixo nível de investimento pelo setor privado, o que leva a economia do país a depender cada vez mais do Estado. Mais recentemente, este vem incentivando o setor privado a participar de forma ativa na execução de atividades econômicas, o que aumentaria a renda por país. De acordo com os dados do Ministério das Finanças (2011 *apud* ZANIN, 2011). Durante os anos 2002 até 2010, o setor público dominava a maior parte de produção, o que aumentou progressivamente em relação ao setor privado.

Na área da agricultura, no início da construção do Estado, a produção manteve-se em 33 %, porém até 2010 houve uma redução. Com relação à produção dos serviços, seu ritmo manteve-se estável, ou seja, não evoluiu tanto ao longo do tempo. O setor público teve e ainda continua tendo grande participação nas produções, investindo 39% em 2010. A tabela a seguir nos mostra que o setor produtivo tem sido majoritariamente explorado pelo setor público e não pelo privado.

Tabela 2: Produção não petrolífera e participação do setor público (%)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Agricultura	33	33	33	33	35	31	31	31	28
Indústria	4	4	3	3	3	3	3	3	3
Serviços	31	31	31	30	27	29	29	28	31
Setor público	32	32	33	34	35	38	38	38	39

Fonte: Diane Zanin, a partir dos dados do Ministério das Finanças (2011)

A sociedade timorense está enfrentando muitas questões, dentre os quais: problema nas políticas educacionais; políticas de infraestrutura; políticas de saúde; falta de mercado de trabalho; renda a baixo do salário mínimo, que é praticado pela maioria dos países do mundo; mão de obra não qualificada; uso de técnicas tradicionais na produção agrícola; baixa produção para comercialização (produção para auto sustento); elevado nível de importação, inclusive de produtos de consumo diária; problemas de política fiscal; dependência dos países parceiros; baixo quantitativo de empresas que trabalham com a questão industrial para produção de bens do consumo básico diário (alta tecnologia e qualidade) e grande percentual de pessoas que procuram mercado de trabalho nos países parceiros (grande parte nas indústrias, na área da produção).

2.4.2 Acesso ao ensino (taxa de matrícula)

A Política de educação está ligada à quantidade e qualidade dos professores, do número de escolas (estrutura), bem-estar de estudantes e professores (saúde), as condições de vida da família e outros fatores que influenciam diretamente tanto na questão do acesso à escola como no processo de ensino e aprendizagem. Uma vez que as condições básicas de saúde dos estudantes sejam consideravelmente boa e que os direitos oferecem uma infraestrutura mínima, isto levará a que estes tenham acesso ao ensino.

A partir da elaboração das políticas do Estado, passou-se a implantar a política da merenda escolar no ensino básico de todo território do país. Analisando-se esta política elaborada pelo programa governamental, observa-se que a sua execução se dá por meio da valorização da produção local, em que se prioriza os alimentos locais para serem utilizados na merenda escolar, deste modo, havendo a promoção dos produtos locais. No entanto, percebeu-se que esta política não apresenta o resultado satisfatório para garantir acesso aos estudantes a um ensino de qualidade, dado que a maioria dos alunos não quer se alimentar pelo programa por razão de insuficiente dos produtos. Outra razão que leva a desfalecimento da política da merenda escolar dá-se pela falta dos alimentos necessários e ainda pela demora na distribuição dos alimentos por parte do Ministério da Educação para escolas localizadas nas áreas mais rurais (JORNAL NACIONAL DIÁRIO, 2014).

Em relação ao **Ensino Básico** quanto à distribuição de professores, alunos e escolas, seja no setor público ou privado, observou-se grande diferença dependendo da quantidade dos estudantes de cada município. Segundo o Ministério da Educação do Estado de Timor-Leste no calendário de 2014 (*apud* TIMOR-LESTE, 2014) na capital, o total dos professores é de 1.281 em relação aos estudantes com valor de 57.115. O número menor de professores em relação à distribuição dos estudantes é observado no município de Manatuto (388 professores para 13.855 estudantes). Quanto à disponibilidade de escolas distribuídas no país houve alteração entre a quantidade de professores em relação ao número de alunos. Pois os dados mostram que na capital existem 97 escolas básicas com maior número de alunos, já nos municípios de Manatuto e Oecusse encontra-se 72 escolas básicas. Além da grande concentração de escolas básicas na capital, o município Baucau também apresenta o maior número de escolas com 174 unidades e em seguida, Bobonario e Ermera com quantidade de 144 e 128 respectivamente (DGE, 2014).

No **Ensino Secundário** a maior quantidade de alunos encontra-se em Dili (15.566 alunos), seguida do município de Baucau (4.048 alunos). A distribuição dos professores

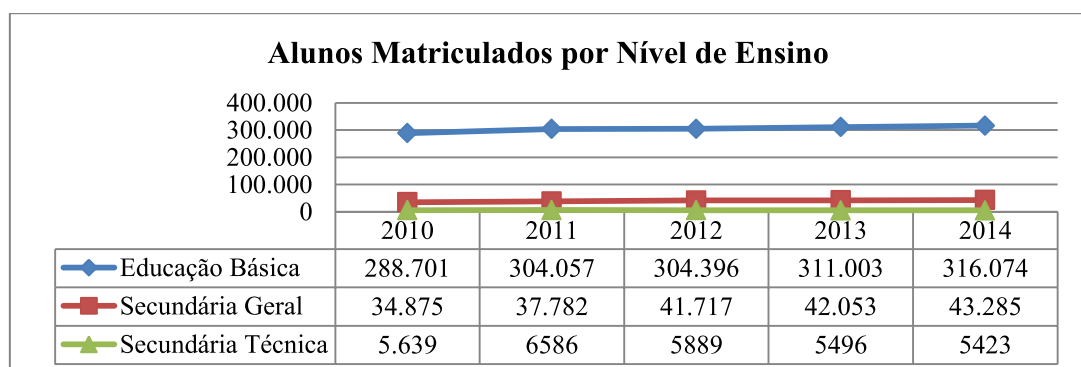
também apresenta a mesma lógica quantitativa (440 e 171 professores), e na disponibilidade de escolas também observa-se a redução de valores da capital em relação ao município citado (20 e 9 unidades). A menor quantidade tanto de professores quanto de alunos é percebida no município Manatuto (41 e 1.261) e a menor disponibilidade das escolas são localizadas no município de Lautem, Liquiça e Oecusse (DGE, 2014).

Quanto ao **Ensino Técnico Secundário**, a capital Dili fica em primeiro lugar em todos os setores, tanto na quantidade de professores e alunos como na quantidade de escolas (131, 2.286 e 4). Alguns municípios, como por exemplo, Ainaro, Bobonaro e Manatuto não apresentam nenhum dos fatores (quantidade dos professores, estudantes e disponibilidade das escolas) apresentados nesse assunto, ainda apresentado pela Direção Geral de Estatística.

Mesmo com a quantidade de professores, alunos e escola, o maior problema encontrado pelo Estado timorense por meio dos planos do Ministério da Educação foi a ausência de controle em relação à frequência dos alunos nas escolas. Ao mesmo tempo, sabe-se que, pois muitos dos estudantes deixam de frequentar a escola para ajudar seus pais a sustentar a família, em razão de a família possuir renda muito baixa. Isso pode levar a existência do trabalho infantil, porém é preciso analisar que não há como o aluno ir à escola sem que haja condições básicas para um ensino de qualidade (OLIVEIRA, 2015 *apud* JORNAL NACIONAL DIÁRIO, 2015).

Houve progresso na taxa de matrícula (ver gráfico 3) no ensino básico nos anos de 2010 a 2014. Por outro lado no ensino secundário em geral não houve crescimento, o que se observou foi uma diminuição significativa na taxa de matrícula.

Gráfico 3: Educação - Ensino Básico, Secundário Geral e Secundário Técnico.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério da Educação (*apud* TIMOR-LESTE, 2014)

De acordo com os dados da Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL), o **Ensino Superior** de Timor-Leste teve início ainda na época da ocupação da Indonésia, tendo sido fundada em 1 de outubro de 1986, a *Universitas Timor Timur* – UNTIM. No entanto, a maior parte dos estudantes que ingressavam na UNTIM, era composta pelos povos indonésios, assim também era com os professores, em que a maioria vinha da indonésia para ensinar naquela universidade. Na gestão do governador Mário Viegas Carrascalão na Província *Timor Timur*, atualmente Timor-Leste, foi fundada a *Politeknik Dili* (localizada no atual Campus de Hera) no ano 1990. Em 17 de Novembro de 2000 ocorreu então uma reorganização e integração da *Universitas Timor Timur* e da *Politeknik Dili*, como a primeira e única universidade pública do país, denominada Universidade Nacional Timor Lorosa'e – UNTL, localizada na capital Dili (UNTL, 2016).

Como a única universidade pública, a UNTL é financiada pelo Ministério da Educação e suas políticas e planos também são influenciados por este ministério. Até o ano 2000, nos demais municípios do Timor-Leste não existiam universidades, nem públicas e nem privadas. No entanto, nos últimos anos as universidades privadas começaram a expandir suas ações pelos municípios do interior do país como meio para atrair os estudantes a ingressar no ensino superior, levando assim a educação superior para as cidades mais afastadas (UNTL, 2016).

Como a maior parte da população encontra-se concentrada na capital, o estado central passa a não ter condições para elaborar políticas públicas de modo a atender a essas pessoas. Principalmente “[...] muitos jovens venham a ser naturalmente atraídos para as cidades, Dili já esta registrar um crescimento populacional rápido, tendo passado dos 175.730 habitantes em 2004 para os 234.026 em 2010” (TIMOR-LESTE, 2011, p. 130). Por outro lado, nos municípios de pequeno porte, em razão do baixo quantitativo populacional, os gestores públicos acabam por receber menos recursos do governo central, dificultando assim a elaboração de políticas para atender as demandas da sociedade a nível municipal.

2.5 Pobreza e Desenvolvimento Humano

Desde a conquista de sua independência, Timor-Leste está lutando para combater seus problemas socioeconômicos, este desafio, isto é, o combate a pobreza no país, tem sido enfrentado e tentado a ser solucionado pela sociedade timorense, principalmente pelas autoridades, desde que se declarou o Estado democrático. No ano de 2009, “[...] Timor Leste estava entre os treze países mais pobre do mundo. Por outro lado, os números do crescimento econômico no país, no mesmo ano, representaram uma das maiores taxas na região do

Sudeste asiático” (GOMES, 2013). Ainda de acordo com o autor supracitado, em publicação do Observatório dos Países de Língua Oficial Portuguesa (OPLOP) em 2013 mostra também que, “[...] segundo estimativa das Nações Unidas, 41% dos timorenses vivem com menos de US\$ 1,00 por dia, o que faz com o país ainda se encontre longe da meta de erradicação da pobreza extrema”.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Timor-Leste, percebe-se que no começo do governo de transição iniciado pela ONU, nos anos de 2000 e 2001, o país não possuía contagem do IDH, uma vez que se encontrava em fase de organização para formação de seu Estado soberano. A partir da restauração da independência em 2002, o país vivenciou nos dois primeiros anos (2002 e 2003) um desenvolvimento muito baixo em comparação com os demais países do mundo. Segundo Chiara Araujo Gomes, baseado no relatório da ONU de 2011, sobre Timor-Leste:

[...] a nação possui um índice de desenvolvimento baixo ocupado o 147º lugar no ranking do IDH que inclui 187 países. O baixo rendimento das famílias aliado às condições precárias de habitação e saneamento básico são alguns dos inimigos que o país precisará enfrentar nos próximos anos se quiser eliminar definitivamente o problema da mortalidade infantil.

Nota-se também que com a criação do fundo petrolífero, Timor apresenta um nível médio de desenvolvimento do IDH comparando-se com os demais países do mundo. A presença deste fundo petrolífero leva Timor a sair da linha de pobreza, mesmo que com uma porcentagem pequena. O IDH, apresentado na tabela seguinte, está composto por produção de petróleo que resulta na elevação do índice, porém ao se analisar a renda de cada pessoa e família, percebe-se que não há crescimento da renda ao longo do tempo, conforme Gomes menciona anteriormente sobre pobreza e desenvolvimento humano.

Tabela 3: Índice de Desenvolvimento Humano de Timor-Leste 2002-2010

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
IDH	n.a.	n.a.	0.375	0.375	0.401	0.428	0.445	0.471	0.492	0.497	0.502
Classificação do IDH (posição dos países)	n.a.	n.a.	120 (de 140)	123 (de 143)	120 (de 144)	131 (de 169)	128 (de 169)	127 (de 169)	121 (de 169)	120 (de 169)	120 (de 169)

n. a.: Não Apresenta

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados UNDP Timor-Leste

2.6 Comércio Externo

Um dos problemas enfrentados pela economia de Timor-Leste é a carência de produção interna, com exceção do café, verduras e frutas, que são produzidos na maior parte dos

municípios. Assim, o país além de produzir menos, não tem diversificação na produção, com isto, a economia depende de importação, tal fato não gera aquecimento na economia do país, o que leva os países exportadores a elevar em sua linha de produção.

Os produtos mais comumente **importados** pela economia timorense dizem respeito à mercadoria de consumo básico, além de produtos tecnológicos. Como o país não possui linha de produção para alguns produtos, houve então um crescimento no nível de importação, incluindo produtos, como por exemplo, combustíveis minerais, veículos, cereais, máquinas e peças, equipamento eletrônico, bebidas, cimento, aços, ferro, produtos farmacêuticos, entre outros produtos importados. O que chama atenção é que a maior parte da população timorense produz, por exemplo, o arroz, para consumo próprio, no entanto, não há iniciativa para expandir a produção, isto é, não existe a preocupação em comercializar o produto de forma a gerar renda. A maior parte das mercadorias importadas pelo Timor-Leste provém da Austrália, China, Indonésia, Japão, Malásia, Singapura, Tailândia e Vietnam (DGE, 2015).

Em relação à **exportação**, os únicos produtos exportados pelo Timor para o exterior, são o petróleo e o café, operação (produção e exportação) que influencia fortemente o PIB da nação. O maior problema na exportação de café diz respeito ao tempo de produção dispensado para produto, pois em épocas de pouca chuva, pode acarretar na diminuição do valor do café no mercado global. O preço de mercado também influencia na produção de café do Timor, uma vez que os agricultores se sentem menos inclinados a se dedicar ao cultivo e cultura que ofereçam pouco retorno. Além dessa forma de exportação, a que tem como fonte os produtos primários, existem outras utilizadas pela sociedade, que fazem uso de materiais importados para produzir novos produtos a serem comercializados para o exterior (DGE, 2015).

Tabela 4: Exportação e Importação

Comércio Exterior (milhares USD)								
	2013		2014				2015	
	QTR3	QTR4	QTR1	QTR2	QTR3	QTR4	QTR1	QTR2
Exportações	4,271	8,938	1,942	610	6,802	4,514	93	203
Re-exportações	22,005	6,256	3,977	3,168	60,322	10,622	2,426	6,937
Total	26,276	15,194	5,919	3,778	67,124	15,136	2,519	7,140
Importações de mercadoria	121,728	228,393	178,823	332,259	195,307	275,839	102,877	132,837
Outras importações	0	0	0	543	1,158	1,046	449	468
Total	121,728	228,393	178,823	332,802	196,465	276,884	103,326	133,305

Fonte: Direção Geral de Estatística do MF, 2015

Os problemas explanados anteriormente, ou seja, a elevação dos níveis de importação e redução da exportação, e da percepção do Estado timorense quanto à existência destes, levaram à implantação de políticas públicas para superá-los. O Plano Estratégico de Desenvolvimento, com vigor para os anos de 2011-2030 abrange uma série de metas que têm por objetivo atrair o setor privado, tanto nacional como internacional, para implantar seus programas e negócios em Timor-Leste, os quais podem contribuir para o desenvolvimento do país, ou seja, através da implantação deste plano espera-se que se alcance um Estado de maior desenvolvimento e de melhores condições para todos.

2.7 Mercado de Trabalho e Emprego

Timor-leste é um país com alta taxa de desemprego, pelo qual 70% da força laboral está fora do mercado de trabalho. “Quase 70% da população timorense em “idade produtiva”, entre os 15 e os 64 anos, não participa no mercado laboral, segundo dados do Governo” (OBSERVADOR, 2016).

A economia do sector privado só cria actualmente cerca de 400 novos empregos formais por ano, sendo que o numero de jovens, que ingressam no mercado de trabalho a cada ano, está entre os 12.000 e os 15.000. Esta disparidade está a fazer subir ainda mais o desemprego em geral, sendo que 23% da mao-de-obra em Dili, estão desempregados e que, ate 40% das pessoas nas zonas rurais, não tem emprego (PED, 2011, p. 130).

O governo, por meio do Ministério das Finanças também se preocupa em relação ao desemprego que afeta diretamente a sociedade timorense, principalmente os jovens que estão na idade produtiva. Segundo Hélder Lopes, o Ministro das Finanças do Timor-Leste, além de escassez de emprego, existe emprego informal que precisa ser regulamentado no país. “Há emprego informal, emprego vulnerável, que não é fixo ou permanente. Precisamos de política econômicas que consigam ajudar a transferir as pessoas do sistema informal para o formal” (LOPES, 2016 *apud* OBSERVADOR, 2016).

O número de registro das pessoas à procura pelo trabalho conforme registrado nos centro de emprego também varia regularmente. Pois em 2010, o número da procura de trabalho é 635 e em 2012 e 2013, a quantidade subiu quase 7000. Este número, porém, ainda não conta os indivíduos que não se registraram a procura de trabalho (DGE, 2014, p. 57). A próxima tabela revela a quantidade de pessoas registradas à procura de trabalho nos últimos anos.

Tabela 5: Quantidade de pessoas registradas à procura emprego

	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Masculino	706	324	1301	4272	3556	2755
Feminino	416	311	1149	2644	2702	1144
Total	1122	635	2450	6916	6258	3899

Fonte: Secretaria de Estado Política da Formação Profissional e Emprego, 2010 *apud* DGE, 2014

A Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego (SEFOPE) do Estado timorense tem função fundamental de formar e qualificar os jovens para atuar no mercado de trabalho; Também tem o papel de coordenar e avaliar as políticas definidas pelo Conselho de Ministros voltados para área de trabalho, formação e emprego dentro do país. O Decreto Lei n° 7/2007, de 5 de setembro de 2007, no seu art. 2º, estabelece suas atribuições de promover emprego em Timor-Leste por meio das políticas do Estado, por isso sua missão é “propor a política e elaborar os projectos de regulamentação nas áreas do trabalho, formação profissional e emprego” e “Incentivar a contratação de timorense no exterior” (TIMOR-LESTE, 2008, p. 2).

No início de sua atuação, a SEFOPE conseguiu qualificar mais pessoas para trabalhar na área de infraestrutura, principalmente na manutenção das estradas e construção civil. A partir do plano de desenvolvimento estratégico dessa secretaria, foram estabelecidas parcerias com diversas organizações internacionais, como por exemplo, a *International Labour Organization* (ILO) e o programa de emprego para juventude (*Youth Employment Program*) em parceria com governo da Austrália; o *TIM Works* em parceria com Noruega, Irlanda e União Europeia e o programa WISE (*Women in Self-employment*), para execução das políticas da referida secretaria. A atuação desses órgãos é fundamental para a formação das pessoas, que podem trabalhar tanto no âmbito interno, quanto no âmbito externo. O programa WISE é voltado para a capacitação de mulheres nas áreas rurais com o objetivo de criar o auto emprego por meio da fabricação dos produtos locais (GOVERNO TIMOR-LESTE, 2011).

Além disso, em parceria com Portugal e Brasil foram implantados o Centro de Emprego e Formação Profissional (CNEFP) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), respetivamente, oferecendo cursos e treinamento em diversas áreas que contribuem para o desenvolvimento do país.

Em 2012, o governo do Timor por meio dessa secretaria, enviou 1.064 timorenses para trabalhar na Austrália e na Coreia do Sul, sendo que na Austrália foram 12 trabalhadores e na Coreia do Sul 1.052 trabalhadores (JORNAL BUSINESS TIMOR, 2012). De acordo com o jornal Suara Timor Lorosae, em 2014, o número de trabalhadores timorenses na Coreia do Sul

elevou-se para 1.402. Nesse total não estão incluídos os trabalhadores que saíram do país por conta própria para trabalhar nos países europeus, principalmente, na Inglaterra e na Irlanda, para desempenhar atividades em sua maioria na área da industrial.

Como “não existe” o setor industrial, os trabalhadores formados pelo Estado por diversas parcerias, em sua maioria não trabalham dentro do país, pois preferem trabalhar nos países desenvolvidos, conseqüentemente, contribuem com o desenvolvimento desses países e o Timor não recebe o retorno desejado, dificultando o seu progresso.

É evidente que o nível micro há algumas vantagens, uma vez que os indivíduos são beneficiados, o que contribui para o desenvolvimento deles enquanto seres humanos ou, pelo menos no aumento da renda própria para a sobrevivência. Mas, numa perspectiva macro, os investimentos públicos em qualificação profissional ainda não têm trazido os benefícios coletivos, necessários ao desenvolvimento do país.

O Estado forma seus profissionais e oferece o mercado de trabalho com garantia de renda e sobrevivência fora do país e tem uma política para se tornar um país industrializado por meio dos planos estratégicos, para que esses profissionais quando terminarem a sua formação, poderem trabalhar em empresas que tenham a possibilidade de recebê-los e gerar renda dentro do próprio país para circular a economia.

3 DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA DE AMARTYA SEN

3.1 Princípios de Desenvolvimento como Liberdade

O aumento do padrão de consumo e desenvolvimento industrial tem levado o homem a pensar e refletir sobre seus efeitos no processo de crescimento econômico do padrão de vida da sociedade. O crescimento econômico foi tido por muito tempo como a única forma de medir o bem-estar da população, onde o principal fator de mensuração eram os recursos ou a renda, tendo como índice de maior importância o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* que considera somente o aspecto econômico do desenvolvimento.

Tem sido debatida na vida acadêmica a diferenciação entre os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico. Uma das preocupações relatada pelos acadêmicos sobre o desenvolvimento é que este muitas vezes é confundido com crescimento econômico, ou seja, o desenvolvimento é visto como crescimento, porém desenvolvimento não é o mesmo que crescimento. No entanto, o crescimento econômico é considerado como um dos meios ou condições para se chegar ao desenvolvimento, sendo indispensável para tal.

Para caracterizar o desenvolvimento segundo Milone (1998 *apud* OLIVEIRA, 2002, p. 40), deve-se levar em consideração a existência de variação positiva de crescimento econômico. Isto é medido por indicadores de renda, tais como: renda per capita, PIB, PIB per capita, redução de níveis de pobreza, desigualdade e desemprego, melhoria dos níveis de saúde, nutrição, educação, moradia, transporte e entre outros fatores que influenciam ao processo de desenvolvimento.

A preocupação da maioria dos países em relação ao desenvolvimento industrial é se a efetiva presença da indústria, afeta diretamente a qualidade de vida das populações. Mas, em que pese o fato de gerar novos postos de trabalho, a presença da indústria também pode diminuir a qualidade de vida, isto é, o acesso em alguns serviços públicos básicos, tais como, existência de mais filas de transporte, menos água, escolas, hospitais e entre outros que ter valor significativo para a sobrevivência do indivíduo.

O livro *Desenvolvimento como Liberdade* de Amartya Sen (2010), considera o “desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN, 2010, p. 16). O foco da liberdade humana contrai-se a visão do limite de desenvolvimento, pelo qual, o desenvolvimento não se identifica apenas com fatores para o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), como: aumento renda dos indivíduos, industrialização, avanços tecnológicos ou modernização social. O aumento da renda das pessoas ou PNB pode ser considerado importante como meio para o desenvolvimento, uma vez que este também depende de outras determinantes.

O crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como um *meio* de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas) (SEN, 2010, p. 16).

Na vida contemporânea, existem duas perspectivas de liberdade, uma é a liberdade formal e outra é a substantiva. A liberdade formal é celebrada principalmente nos países de direito positivo e democráticos, em que os indivíduos baseiam-se na relação formal (o que está escrito na lei) e cada vez mais ignoram a liberdade substantiva que é fator fundamental para o próprio indivíduo, pelo qual o indivíduo tem certas liberdades de escolher suas decisões. A liberdade formal é a liberdade de direito (garantido pela Constituição e algumas normas), como por exemplo, na Constituição, que apregoa que todos são iguais perante a lei. Além disso, têm-se também como formas deste tipo de liberdade, a liberdade de expressão, de

propriedade, dentre outros tipos. No entanto, é importante ressaltar que o indivíduo não exerce, nem goza plenamente dessa liberdade.

A liberdade substantiva, por sua vez, é a possibilidade ou capacidade que cada pessoa tem de se autodeterminar, de fazer escolhas e tomar suas próprias decisões. Portanto, a liberdade substantiva é uma liberdade concreta, pela qual o indivíduo pode escolher seus caminhos e determinar mudanças para o grande sistema que é o processo de estruturação das atividades públicas. O indivíduo ou “agente” de acordo com Amartya Sen (2010) é aquele que tem autonomia de ação, liberdade substantiva, toma suas decisões e também tem possibilidade de transformar o aspecto externo (as decisões sociais).

O desenvolvimento na perspectiva de Sen (2010), “requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e tolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos”. Para ele, o desenvolvimento não deve levar a exclusão dos serviços básicos para uma sociedade que não tenha as mínimas condições para sua sobrevivência, deve haver a oportunidade de acessar e usufruir sua liberdade como fator fundamental para o processo de desenvolvimento.

Pela desconsideração do aumento e sem prever a quantidade de bens e riquezas global, o mundo contemporâneo nega as liberdades fundamentais a grande maioria dos cidadãos.

Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. [...] a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo a ausência de programa epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais (SEN, 2010, p. 16).

Na transação, o mercado é um dos elementos do processo de desenvolvimento, pelo qual a capacidade do mercado tem função para elevação do crescimento econômico e progresso de mercado global, porém segundo a observação de Adam Smith, a liberdade de troca e transação é um dos fatores fundamentais que os indivíduos têm razão para valorizar. A liberdade de entrar no mercado é uma das formas que contribuem para o desenvolvimento, independentemente de que mecanismos de mercado possam fazer ou não a promoção de crescimento econômico e industrialização (SEN, 2010, p. 20).

No processo de desenvolvimento, uma questão desafiante é prever que a transação precisamente gere valorização dos trabalhadores e liberdade de participar no intercâmbio do mercado. No entanto “[...] os desafios cruciais do desenvolvimento em muitos países

atualmente inclui-se a necessidade de libertar os trabalhadores de um cativeiro explícito ou implícito que nega o acesso ao mercado de trabalho aberto” (SEN, 2010, p. 21).

3.2 Perspectiva da Liberdade

O interesse da economia e compreensão da natureza do desenvolvimento está ligado à questão sobre a maneira como um indivíduo gostaria de viver. Para Sen (2010) a perspectiva de liberdade está relacionada “à relação entre rendas e realizações, entre mercadorias e capacidades, entre nossa riqueza econômica e nossa possibilidade de viver do modo que gostaríamos”. Como apresentado por Aristóteles em *Ética a Nicômaco*, “a riqueza evidentemente não é o bem que estamos buscando, sendo ela meramente útil e em proveito de alguma outra coisa” (SEN 2010, p. 28).

Uma das questões apresentadas pelo autor supracitado para os países desenvolvidos e subdesenvolvidos nas ideias de desenvolvimento, diz respeito a que o crescimento econômico não proporciona a efetiva igualdade entre os indivíduos, na qual ainda existe a privação dos serviços básicos para sobrevivência humana.

A utilidade de bens e riqueza permite os indivíduos a fazer, mas as liberdades substantivas possibilitam a obter essas riquezas. A ideologia mais adequada de desenvolvimento é ir além da acumulação dos bens ou riqueza, do crescimento do PNB e outros fatores que se relacionam à renda. Sendo assim, o desenvolvimento é ligado à melhoria da vida que leva os indivíduos a viver e das liberdades de usufruir. Muitas das pessoas mundialmente estão sofrendo por vários modos de privação de liberdade, não somente nos países pobres, como também em países ricos e pior ainda em países mais ricos:

Fomes coletivas continuam a ocorrer em determinadas regiões, negando a milhões a liberdade básica de sobreviver. Mesmo nos países que já não são esporadicamente devastados por fomes coletivas, a subnutrição pode afetar numerosos seres humanos vulneráveis. Além disso, muitas pessoas têm pouco acesso a serviço de saúde, saneamento básico ou água tratada, e passam a vida lutando contra uma morbidez desnecessária, com frequência sucumbindo à morte prematura. Nos países mais ricos é demasiado comum haver pessoas imensamente desfavorecidas, carentes da oportunidade básicas de acesso a serviços de saúde, educação funcional, emprego remunerado ou segurança econômica e social. Mesmo em países muito rico, às vezes a longevidade de grupos substanciais não é mais elevada do que em muitas economias mais pobres do chamado Terceiro Mundo (SEN, 2010, p. 29).

A privação da liberdade afeta a humanidade mundialmente, muitas das pessoas são negados a liberdade política e os direitos civis fundamentais e a privação de segurança econômica. Ademais, “[...] a desigualdade entre as mulheres e homes afeta – e às vezes

encerra prematuramente – a vida de milhões de mulheres e, de modos diferentes, restringe em altíssimo grau as liberdades substantivas para o sexo feminino” (SEN, 2010, p. 29).

Sen (2010) argumenta que, não se pode negar a privação de capacidade dos seres humanos, esta relaciona-se a um baixo nível de renda e a potência dos indivíduos, o autor demonstra isto em duas concepções: a) a falta de renda leva os indivíduos ao analfabetismo, escassez de saúde, subnutrição e fome e b) por outro lado a qualidade de educação e saúde ajudam os indivíduos a obter renda mais elevada.

3.3 Os Fins e os Meios do Desenvolvimento

O desenvolvimento é conceituado como um processo de expansão das liberdades que os indivíduos usufruíram. Nesse contexto, o alargamento da liberdade constitui-se em o *fim primordial* e o *principal meio* do desenvolvimento. Ou seja, pode-se assumir que, a liberdade desempenha um “papel constitutivo” e “papel instrumental” no processo de desenvolvimento (SEN, 2010, p. 55). No que se refere ao papel constitutivo, diz respeito à importância da liberdade substantiva para o enriquecimento da vida dos indivíduos. Tais liberdades são: “ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas e a liberdade de expressão”, salientando ainda pelo Sen. O papel instrumental se relaciona a maneira como os diferentes tipos de direitos, oportunidades econômicas e sociais, e garantias sociais ajudam na expansão da liberdade e, assim promovem o desenvolvimento. São cinco tipos de liberdade na perspectiva instrumental que se faz necessário enfatizar: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparências e segurança protetora (SEN, 2010, p. 58).

Os fins e os meios do desenvolvimento requerem que a perspectiva de liberdade deve considerar como fator essencial para os indivíduos e centro das relações do desenvolvimento.

[...] as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programa de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na promoção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda. A perspectiva de que a liberdade é central em relação aos fins e aos meios do desenvolvimento merece toda a nossa atenção (SEN, 2010, p. 77).

Assumir a liberdade substantiva como base informacional é importante por razão de que possibilita ao analista de política pública o exame e formulação de programas e ações que consideram as diferentes classes sociais e conseqüentemente adotem caminhos distintos para garantir liberdade substantiva para os diferentes grupos. Quando o formulador da política

pública tira o foco das liberdades substantivas, prevalece o problema de pobreza econômica, que rouba das pessoas os meios para saciar fome, que rouba das pessoas de acesso à nutrição aceitável e os remédios dos pacientes necessitados. Assim como, o direito de ter acesso de uma educação para todos, de acesso à água potável e tratada ou saneamento básico.

A liberdade é o centro do processo de desenvolvimento por seguintes razões: a) *A razão avaliatória*: a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento das liberdades de pessoas e b) *A razão da eficácia*: que considera que a realização de desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas. (SEN, 2010, p. 17).

4 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA POLÍTICA INDUSTRIAL

A política Industrial (PI) é um instrumento utilizado tanto pelos países desenvolvidos como os em desenvolvimento, podendo apresentar resultados benéficos ou não para o país, a depender da forma como for conduzida. As estratégias utilizadas na realização da PI são diferentes, de país para país, alguns conseguem aumentar o nível da produção do setor industrial e alguns não conseguem.

A Política Industrial utilizada pelos países desenvolvidos visa à melhoria das técnicas e estratégias de produção para elevar o nível de produção, de qualidade e de competitividade no mercado. Para os países em desenvolvimento a PI desenvolve ações e atividades objetivando fomentar o setor industrial na elevação de taxa de crescimento econômico, e por fim impulsionar o desenvolvimento para o país. Como a PI pode ser um fator de crescimento econômico do país, o empenho do governo é fundamental esse processo de industrialização. Pode-se conceituar a PI, da seguinte forma:

[...] um conjunto coordenado de ações, envolvendo setor público e setor privado, visando ampliar a competitividade da indústria. O objetivo final é impulsionar o crescimento econômico e o emprego do setor industrial. Assim, a política industrial é um componente de uma estratégia de fortalecimento da indústria e parte indispensável de uma política de desenvolvimento, a qual, além do setor industrial, deve contemplar políticas para outros setores que compõem a economia (IEDI, 2002, p. 8).

Segundo Coronel; Azevedo e Campos (2014, p. 104), a finalidade da PI é:

[...] promover o desenvolvimento de setores econômicos fundamentais para a geração de divisas, difusão de tecnologias e expansão dos níveis de emprego, colaborando, desta forma, para o aumento da competitividade industrial e impulsionando o uso mais eficaz dos recursos naturais.

A implementação da PI não é o bastante para garantir o desenvolvimento de um país, é importante também a atualização das tecnologias utilizadas, pois atualmente a era da competitividade leva as indústrias a competirem entre si, na busca da melhor forma para aumentar sua produção por meio das novas tecnologias a fim chegar ao nível de produção esperado. Segundo Wilson Cano (2014, p. 2) o setor industrial é composto por quatro segmentos agregados: a) mineração; b) construção civil; c) produtor de serviços de utilidade pública (gás, energia, água); e d) indústria manufatureira ou de transformação.

A PI ajuda o desenvolvimento de outros setores econômicos, sendo um fator adicional para o desenvolvimento agrário, tecnológico e de serviço, uma vez que o processo de transformação requer a aquisição de matérias primas; a produção de novos equipamentos e serviços que agregam valor à produção. Desse modo, a atividade industrial tem capacidade para acelerar atividades econômicas (IEDI, 2002, p. 8).

Cabe destacar ainda, a presença do setor privado como fundamental na implantação da indústria, uma vez que o setor público, ao implantar estratégias dos programas, pode estabelecer os meios, incentivos e promoção do setor industrial, a fim de que as empresas privadas percebam como vantajosa a possibilidade de investir na área industrial.

Suzigan e Furtado (2006) salientaram que, para que o setor privado seja alcançado é preciso conciliar com a política macroeconômica. Tudo mais, a coordenação entre as instituições públicas e as entidades privadas faz parte do processo de execução da indústria por meio do estabelecimento dos objetivos, articulação dos instrumentos, normas e regulamentos, melhoria da infraestrutura, estratégias industriais e organizações das instituições. É importante ressaltar que, a política macroeconômica, principalmente em relação ao nível de tributação, como por exemplo, a taxa de juros e tributação influencia bastante nesse processo de criação e incentivo para a empresa iniciativa privada investir na área de indústria.

Para o macroeconômico, não importa o tipo dos benefícios dos resultados da política industrial para o país, ou seja, negligencia o incentivo à implantação industrial por meio de minimização dos preços nos mercados (principalmente juros e câmbio). Porém, por meio do aumento da produtividade, a PI afeta os objetivos macroeconômicos, mediante o nivelamento da produção (SUZIGAN; FURTADO, 2006, p. 165).

Ainda pelo Suzigan e Furtado (2006), um dos problemas encontrados pela PI é a dificuldade de alcançar seus objetivos no prazo estabelecido, isso tendo em conta que as empresas não utilizam a renovação tecnológica. Para que a produção seja bem elevada de acordo com as metas estabelecidas, é preciso impulsionar uma indústria inovadora e norteada

pela utilização das tecnologias de produção e mudanças das estruturas empresariais e industriais.

Com a globalização e o desenvolvimento tecnológico, as indústrias cada vez mais competem entre si, tanto interno como externamente, acarretando a necessidade de utilizar e atualizar sua tecnologia para aumentar sua produção e sobreviver protegido no mercado. E em alguns países como, por exemplo, Brasil, com o advento da globalização e da liberalização comercial, vê obrigado a renovar continuamente atividades industriais e da economia como um todo para que possa permanecer renovado no mercado (IEDI, 2002, p. 2).

As grandes indústrias estão evoluindo, assim, expandir suas linhas de produção faz-se necessário para manter-se concorrente e não perder sua atuação no mercado, para tal, deve se utilizar de estratégias adequadas por meio das tecnologias e pessoas certas na produção. Pois um fator importante para alcançar os objetivos das indústrias são pessoas empregadas utilizando seus conhecimentos e habilidades para exercer uma determinada função e utilizar adequadamente das tecnologias disponíveis (IEDI, 2002, p. 2).

As indústrias contemporâneas buscam adquirir tecnologias cada vez mais renováveis, que gastem menos tempo na produção, mas com qualidade, atingir uma maior produtividade e produzir novos produtos atendendo às expectativas dos clientes para se manter no mercado. Não simplesmente produzir em larga escala, é preciso desenvolver a PI na busca de melhorias na utilização de novos equipamentos que garantam uma produção mais eficaz e eficiente. O sucesso da PI, de acordo com Wilson Suzigan e João Furtado (2006, p. 166), baseia-se no desenvolvimento estratégico centralizado na inovação:

[...] depende também da difícil articulação de instrumentos, normas e regulamentações. São esses mecanismos de implementação da PI que criam o padrão de sinais econômicos, regulam os incentivos e restrições à inovação e tornam possível sintonizar as ações das empresas, na sua busca por lucratividade, aos objetivos da PI, que procura promover o desenvolvimento e a competitividade. Trata-se de administrar os vários instrumentos — sistema de proteção, financiamento, promoção de exportações, incentivos fiscais, defesa da concorrência, lei de patentes e outros — de modo harmônico, sem ambiguidades em termos dos sinais transmitidos aos agentes, e de forma consistente com os objetivos da estratégia industrial. Isto pode ser determinante para o sucesso ou fracasso da estratégia.

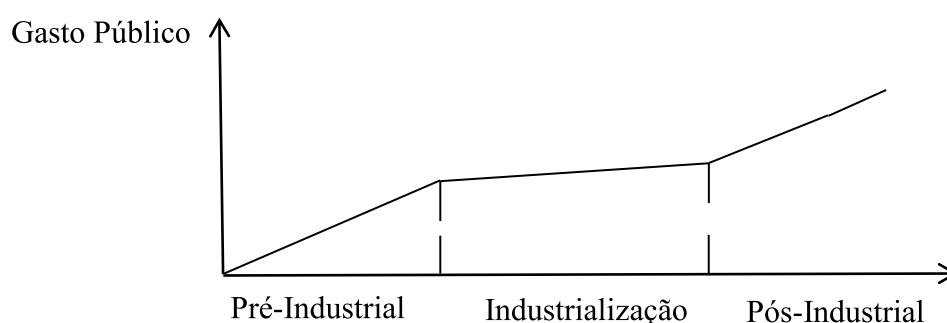
Como estratégia de desenvolvimento para uma PI de inovação, garantir as condições básicas de infraestrutura é um dos elementos essenciais para a aceleração da execução na produção industrial. Promover o investimento na educação para a pesquisa e desenvolvimento tecnológico e uma carga tributária auxiliam a indústria na implantação e execução do programa (SUZIGAN; FURTADO, 2006, p. 166).

Não se pode negligenciar, no entanto que para os países em desenvolvimento, especialmente para aqueles em sua fase inicial, como é o caso do Timor-Leste e de tantos outros nos continentes asiático e africano, o objetivo da PI é contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país por meio da criação e produção de produtos nacionais a fim de sustentar o mercado interno, ou seja, com a produção de produtos nacionais há uma redução na importação. Além disso, incentivar os agricultores na produção de matéria-prima (cadeias de insumo) para a produção na indústria e impulsionar os setores tecnológicos na promoção das atividades de pesquisa e desenvolvimento (RIBEIRO, 2016).

Neste caso, o processo de industrialização também depende dos gastos e investimentos do poder público para acelerar mais a atividade industrial tanto realizada pelas empresas privadas quanto pelas empresas públicas. Os gastos públicos dividem-se em três etapas no processo industrial. Quanto maior o investimento do setor público na criação e implantação de das empresas, maior será o gasto público, ou seja, o desenvolvimento das indústrias influencia os gastos do poder público.

Quanto à participação do setor público, a maior parte do investimento se dá na fase de implantação. Posteriormente, há necessidade de um investimento em menor proporção para garantir os meios necessários para o funcionamento das indústrias, através do desenvolvimento das ciências e tecnologias. No próximo gráfico, é apresentado a evolução dos gastos públicos de acordo com a evolução industrial, e em até que ponto o investimento do setor público contribui para o funcionamento e desenvolvimento das indústrias.

Gráfico 4: Gasto Público em relação ao Desenvolvimento Industrial



Fonte: Francisco Wellington Ribeiro, 2016.

No estágio Pré-Industrial ocorre a criação das indústrias, fase em que a participação do poder público é fator fundamental. Além de requerer maior quantidade dos gastos públicos para implantação das indústrias, o poder público também investe em melhores condições de acesso ao território das indústrias e onde concentra-se na comercialização, e na qualidade do

ensino para qualificar profissionais que possam contribuir na execução das atividades industriais. No segundo estágio, que é a Industrialização, a participação do setor público diminui. Pois não há a necessidade de investir na criação como no primeiro estágio, requerendo menos gastos com a manutenção, ou seja, é um estágio de decremento dos gastos públicos (RIBEIRO, 2016).

Como o poder econômico capitalista é predominante na comercialização dos produtos, o aumento da competitividade faz com que o poder público aumente seu investimento na aquisição de novas formas de produção, para assim competir com outras indústrias da mesma atividade. Que é chamado de fase Pós-Industrial (terceiro estágio), é um novo percurso da industrialização que diferente do primeiro estágio, ocorre um menor investimento. Investindo mais na área de pesquisa e desenvolvimento tecnológico para fomentar a indústria.

O papel da indústria está direcionado para o crescimento econômico do país através da criação de emprego e a elevação da taxa do Produto Interno Bruto (PIB). Além disso, a produção de algumas indústrias possibilita também o atendimento da demanda dos outros setores que utilizam seus produtos como insumo para produção, ou seja, o resultado da produção é considerado como fator adicional para outras empresas no que diz respeito ao funcionamento das suas atividades. Sendo assim, “[...] a indústria define um sistema de produção. Não é por outra razão que os processos mais representativos do avanço econômico moderno passam pela industrialização” (IEDI, 2012). Através da indústria, criam-se os novos bens e serviços, novos métodos e equipamentos que beneficiam a produção em si e para outros setores produtivos.

Muitos países adotam a PI para impulsionar a economia e gerar crescimento em outras áreas. Embora não seja esse a finalidade última do desenvolvimento, como vimos na perspectiva de Sen, um país desenvolvido, também tem como característica a elevação do nível de renda per capita, a participação na produção interna bruta e elevado nível de emprego. Para que funcione o setor industrial, é preciso que exista uma política de apoio ao setor agrícola para a produção dos bens básicos como insumos para setor industrial. Conseqüentemente, o resultado de uma produção industrial também facilita outras formas de produção, ou seja, possibilita tanto o funcionamento de outras indústrias de transformação quanto o consumo final. Por isso, o setor industrial deve tentar avançar mais rápido para um aumento do nível da produção como uma forma de aumentar o nível do PIB e, mais especialmente, a renda disponível para os indivíduos de determinada coletividade.

4.1 Política Industrial para Países em Desenvolvimento e não Industrializados

4.1.1 Desenvolvimento e dependência no sistema nacional de economia na perspectiva da política do Friedrich List

Esta seção apresentará algumas ideias do economista alemão Georg Friedrich List (1789-1846), muitas vezes referenciado como apaixonado defensor do protecionismo e do nacionalismo econômico. Embora escrevendo para um mundo com configurações geopolíticas e econômicas completamente distintas das atuais, traz refrações muito pertinentes para se pensar em industrialização de países tidos como não desenvolvidos. Como argumentou Luis Nassif, em ensaio publicado na Folha de São Paulo, em 2005, uma grande contribuição de List foi salientar “que o livre comércio entre duas nações civilizadas só poderia ser mutualmente benéfico se ambas estivessem em um mesmo grau de desenvolvimento industrial”. Para List, qualquer nação que estivesse atrasada em relação à outra deveria, antes, aparelhar-se para entrar na livre concorrência com nações mais desenvolvidas. Defendia, ainda que apesar de o comércio ser fundamental para a modernização de um país, se este último não tivesse uma base interna forte, o capital e o comércio tenderiam a fugir para centros mais adequados (NASSIF, 2005).

Para List, a liberdade das pessoas é fundamental no processo de desenvolvimento das forças produtivas. Defendeu a abolição dos escravos e que as pessoas devem ser consideradas como homens livres e participar do processo gerador de riqueza. Para tanto, a estabilidade das leis, as garantias das políticas e a paz, são pontos importantes que precisam ser valorizados e considerados como fatores fundamentais para a nação, para que não exista uma revolução que limite a liberdade dos indivíduos. Na economia, a força produtiva é a capacidade de criar riqueza, pela qual possibilita uma recuperação mais rápida da nação, mesmo depois da destruição de alguma guerra. Isso pode acontecer através do contato das pessoas através da miscigenação como meio para manter a qualidade física dos homens, conforme List:

É inegável que do cruzamento de duas raças bem diferentes resulta futuramente, quase sem exceção, progênie poderosa e de excelente qualidade; essa observação estende-se ao cruzamento da raça branca com a negra na terceira e quarta geração. Essa observação parece confirmar, mais que qualquer outra coisa, o fato de que as nações que resultaram de um cruzamento de raças repetido com freqüência, e que abarcou a nação inteira, têm ultrapassado todas as outras nações em poder e energia mental e caráter, em inteligência, força corporal e beleza pessoal. (LIST, 1986, p. 151 *apud* NASCIMENTO, 2004, p. 4).

No que se refere às indústrias, List afirma que é preciso promovê-las e protegê-las, quando teve contato com as ideias de Alexandre Hamilton. Que argumentou, a partir da sua

vivência na América do Norte, que as treze colônias inglesas se uniram para construir um país independente.

A melhor obra sobre economia política que se pode ler naquele país moderno é a vida real. Ali se pode observar como regiões selvagens se transformam em Estados ricos e poderosos; e o progresso, que exige séculos na Europa, ali acontece à vistas de todos; ou seja: pode-se observar como se passa da condição de caçador para a de criador de gado, e desta para a agricultura, e desta para a indústria e o comércio. Ali se pode ver como as rendas aumentam gradualmente, do nada até atingir lucros extraordinários. (LIST, 1986, p. 5 *apud* NASCIMENTO, 2004, p. 5).

Em relação ao comércio interno e externo, a manufatura é importante para seu funcionamento, por isso estabelece condições básicas para sua existência. Assim, um Estado normal com território extenso, possui muitos recursos naturais e grande quantidade populacional, e com isso, deve se preocupar com a promoção de capacidade interna para geração de riqueza. Em um estado soberano “[...] deve-se promover a agricultura, a indústria, o comércio, a navegação, e, com posição igual à produção material, as artes, as ciências, os estabelecimentos educacionais e a cultura universal” (LIST, 1986, p. 124 *apud* NASCIMENTO, 2004, p. 7).

Além de ter as leis e instituições nacionais que devem apoiar na segurança e estabilidade do seu povo, a força produtiva da nação ou da união é o resultado das forças mentais e físicas dos indivíduos, das condições e instituições sociais e outras atividades que se referem ao capital físico, agrícola, industrial e comercial. Assim, a principal força produtiva é a diversificação da atividade industrial, pois segundo Nascimento (2004, p. 8) ela “[...] estimula e valoriza a agricultura nacional, que progride e se aperfeiçoa, provocando um aumento da produção agrícola consumida no mercado interno, fornecendo recursos e implementos novos, mais aperfeiçoados, para essa atividade”. Complementando ainda que, a atividade industrial e a agricultura se complementam, pelas quais “cada uma acaba por se tornar em fator estimulante e criador de recursos para a outra, usufruindo de um mercado interno, mais estável e seguro que o internacional”.

Conforme List, a industrialização deve ser realizada dentro da concepção protecionista, assegurando ao mercado interno, o incentivo à sua instalação, produção e comercialização de mercadorias, e fortalecimento das empresas nacionais que produzem as atividades industriais. Essa proteção precisa focalizar os fatores importantes, como por exemplo os que necessitam de mais investimentos na área de capital, máquinas e conhecimento técnico. Ele concorda que o monopólio faz parte da atividade industrial, por isso, é necessário que exista uma proteção industrial sobre as forças externas. É necessário a garantia da existência da indústria, pois por meio dela se dá a continuidade do processo de crescimento econômico. Portanto, a

implantação da indústria e sua continuidade poderão atrair “[...] outros empreendimentos e contribui para o florescimento dos mesmos, da mesma forma a ruína de um setor industrial leva à ruína de vários outros, e por fim os próprios fundamentos da força manufatureira da nação” (LIST, 1986, p. 199 *apud* NASCIMENTO, 2004, p. 10).

A proteção industrial é necessária para acompanhar o grau de desenvolvimento da nação e excesso de danos acontecidos no país. De acordo com a observação feita por List sobre a industrialização da Inglaterra, o país não deve deixar de proteger a indústria no mercado.

Huskisson certamente reduziu as taxas aduaneiras para a importação de vários produtos, mas nunca deixou de zelar no sentido de proteger as indústrias nacionais, mesmo baixando as taxas de importação. Seguiu de perto as regras adotadas pelos holandeses no tocante à invasão das águas; sempre que elas sobem muito, as autoridades levantam diques altos; quando as águas sobem pouco, constroem apenas diques baixos. Dessa maneira, a reforma da política comercial inglesa, anunciada com tanta pompa, acabou reduzindo-se a uma simples trapaça político-econômica. (LIST, 1986, p. 251 *apud* NASCIMENTO, 2004, p. 12).

Os países com população reduzida e pequeno território não conseguem completar os diferentes setores produtivos e não possuem cotas marítimas no mercado marítimo para comercialização das mercadorias, inclusive a proteção de domínio dos embarcadores que pode trazer risco para o comércio exterior. Para esses países sobreviverem, “[...] restará no entanto o recurso de unir-se a outros Estados, superando, através de uma união aduaneira, suas deficiências territoriais como, por outros meios, ocorreu no caso da Inglaterra e Escócia, da Grã-Bretanha e Irlanda ou da Flórida, Luisiana e Estados Unidos” (NASCIMENTO, 2004, p. 13). Na economia, segundo a perspectiva de List, a industrialização precisa ter a agricultura mais desenvolvida, de modo que a indústria também fortaleça a agricultura em termos de consumo de alimentos e matérias primas, equilibrando com o insumo de técnicas utilizadas na atividade industrial, por meio de desenvolvimento da ciência e tecnologia que acompanha o processo de desenvolvimento econômico e industrial.

Para tanto existe um equilíbrio no desenvolvimento da indústria, agricultura, comércio e outros serviços que dão suporte, formando um conjunto harmônico de toda a atividade econômica. Além disso, a força do trabalho também leva em consideração no setor industrial, a necessidade do domínio dos métodos de trabalho, das máquinas utilizadas, das edificações e conhecimento em relação à compra das matérias primas e processo de venda da produção dos resultados indústrias.

Portanto, a importância de fortalecimento interno, principalmente a produção e consumo, veio a partir das ideias de agrupamento comercial, quebrando a existência de barreiras aduaneiras para que os países membros possam se articular para a substituição da

importação e não uma internacionalização do capital, ou seja, restringir a entrada de capital na economia do país.

4.1.2 Mercado interno e desenvolvimento econômico

Nos países subdesenvolvidos, a autonomia econômica se inicia através do processo de crescimento econômico, necessitando além das medidas de aproveitamento dos seus recursos disponíveis, dos elementos ativos que possam alimentar o conjunto de atividades que caracterizam a fase inicial desse processo de crescimento.

O mercado internacional não possui capacidade de atender as necessidades de crescimento de boa parte dos países subdesenvolvidos, ou seja, o mercado internacional tem capacidade limitada para isso. Pois a grande parte deles são “[...] exportadores de matérias-primas ou de produtos agrícolas, cujas demandas se têm revelado bastante inelásticas nos mercados alienígenas” (BOUZAN, 1962, p. 73).

Já o mercado interno deve ser visto como a principal instância para trazer o crescimento econômico, dado que “[...] a capacidade de compra nativa deriva, quase exclusivamente, da atividade econômica que se exerce no próprio país” (BOUZAN, 1962, p. 74). Assim, completando pelo autor “[...] na medida em que a produção interna se vai ampliando, o mercado interno ganha maiores dimensões e, assim, constitui-se em bases mais atraentes para que a atividade econômica continue a se exercer”. Segundo Bouzan, além da importância do mercado interno para os países subdesenvolvidos, os países desenvolvidos também em “[...] determinado momento, passaram a ter parcelas cada vez mais substanciais de sua renda geradas por atividades que visavam o mercado interno, enquanto que a contribuição da renda *diretamente* resultante das exportações foi-se tornando percentualmente decrescente”. Mesmo que esse valor decrescente em termos do quantum, há “[...] importância estratégica para a produção nacional, pois, iniciado o esforço de desenvolvimento econômico, as importações vão cedendo lugar a matérias-primas, equipamentos destinados à produção etc”, completando seu argumento.

O maior valor do mercado interno está no fato de que permite o surgimento das indústrias nativas, porém a existência do mercado interno não daria condições para o nascimento dessas indústrias.

Na eventualidade da adoção de uma política exterior baseada no *laissez-faire*, esse mercado interno transferiria seu poder de compra para o exterior, para as indústrias estrangeiras, portanto, já que a nascente indústria nacional, por não possuir os padrões necessários de qualidade e preço, não poderia instalar-se em concorrência aberta com a produção de origem estrangeira (BOUZAN, 1962, p. 75).

A grande parte dos países subdesenvolvidos estabelece a barreira de proteção nas fronteiras do mercado, a industrialização precisa de um ponto de apoio ao seu desenvolvimento no mercado interno, principalmente aos países que estão na fase de desenvolvimento industrial onde não há possibilidade de concorrer com a produção estrangeira no cenário do mercado internacional. Porém, no mercado interno, a atividade econômica não deve ser isolada e necessita de evoluções cíclicas internacionais, que é um problema bastante discutido no que diz respeito à evolução do mercado interno (BOUZAN, 1962, p. 77).

4.2 Características de uma Política Industrial para o Século XXI

A obra de Peter Evans intitulada “o Estado como problema e solução” apresenta a evolução do papel do Estado no processo de desenvolvimento das nações entre diversos países do mundo, entre elas estão: Zaire, Brasil e Índia. “A teoria do desenvolvimento no pós-guerra iniciou nos anos 50 e 60 com a premissa de que os aparelhos de Estado podiam ser usados para promover a mudança estrutural” (EVANS, 1993, p. 107). A obrigação mais importante do Estado era acelerar a industrialização, a modernização da agricultura e o fortalecimento da infraestrutura para a urbanização. Porém, após as décadas subsequentes, o aparelho do Estado degradou-se enquanto principal autor transformador, levando a imagem do aparelho do Estado como um desafio primeiro para o desenvolvimento. A imagem do Estado como problema surgiu por conta do fracasso na realização das obrigações estabelecidas pela agenda anterior (industrialização, modernização agrícola e infraestrutura para urbanização).

A diminuição do crescimento comercial do mundo na década 70 estava relacionada às taxas de juros reais. No início da década 80 ela enxugou-se devido aos empréstimos comerciais, obrigando os países subdesenvolvidos a se concentrar em um novo ajuste em relação às restrições impostas pelo cenário internacional. A partir disso, que houve uma mudança estrutural que foi denominada pelo termo “ajuste estrutural”. Segundo alguns analistas, como por exemplo, Kahler, afirmou que o Estado é a raiz do problema, porém, de alguma forma, o Estado também se torna o agente que inicia e implanta os programas de ajustes como solução dos problemas. Com a liberalidade, a privatização e as outras políticas que incluem o ajuste estrutural, os agentes do estado haviam desempenhado uma

função progressiva, pelo qual não era consistente, pois se voltava ao comportamento orientado à renda, como previsto na teoria neo-utilitarista (EVANS, 1993, p. 109).

O Estado e o setor privado precisam ter abertura na elaboração da agenda política, englobando a força do mercado e empreendedorismo. Principalmente os governos, têm um papel estratégico e de coordenação na atividade produtiva, além de garantir os direitos de propriedade, execução e estabilidade econômica.

Therefore we now confront a rare historic opportunity. The softening of convictions on both sides presents an opening to fashion an agenda for economic policies that takes an intelligent intermediate stand between the two extremes cited above. Market forces and private entrepreneurship would be in the driving seat of this agenda, but governments would also perform a strategic and coordinating role in the productive sphere beyond simply ensuring property rights, contract enforcement, and macroeconomic stability (RODRIK, 2004, p. 2).

Rodrik (2004) argumentou que para alcançar esse objetivo de elaboração da agenda política, é preciso pensar a política industrial de forma diferente daquilo que a literatura mostra como padrão. A abordagem convencional da política industrial baseia-se nas externalidades tecnológicas e prosseguindo, focaliza-se na intervenção política das falhas do mercado. Para tanto, o papel do governo no estabelecimento da política industrial é manter diálogo com o setor privado para desenho e condução de políticas apropriadas.

Ao alcançar o processo político direto, deve-se projetar um ambiente que possibilite aos autores tanto do setor privado como público, se reunirem para resolver as questões e problemas no setor produtivo. Precisam reconhecer os limites de cada um, aprender as formas para se sustentar e aproveitar as oportunidades levando em consideração as restrições enfrentadas pelos autores envolvidos. A partir disso, a maneira mais correta de pensar na política industrial é como um processo de descoberta, pelo qual, o governo e as empresas aprendem conjuntamente sobre custo e oportunidade subjacente, e ambas se envolvem na coordenação estratégica, porém existe a importância da autonomia inserida de cada um desses atores. A relação do Estado com o mercado só poderá ser efetiva caso o Estado não tenha sido capturado pelo capital (as empresas privadas).

A partir dos anos de 1980, a política industrial teve como propósito buscar incentivos e subsídios orientados para a exportação e investimentos estrangeiros diretos, conforme afirmado pelo Rodrik.

Unlike what is commonly believed, the last two decades have not seen the twilight of industrial policy. Instead, incentives and subsidies have been refocused on exports and direct foreign investment, in the belief (largely unfounded, as it turns out) that these activities are the source of significant positive spillovers (RODRIK, 2004, p. 5).

Diante disso, como ressalta o autor, uma agenda de PI baseada numa relação de diálogo entre um poder público autônomo e o setor privado parece estranha à prática de PI aceita hoje. Rodrik sublinha que a década de 1980 deixou para trás as políticas industriais clássicas, incluindo a proteção comercial. A partir de então começaram a ganhar forças – especialmente nos países em desenvolvimento, que adotaram a reforma ortodoxa trazida pelo Consenso de Washington – as políticas voltadas à exportação e ao incentivo ao investimento estrangeiro direto, tidos pelo autor, como os dois fetiches deste momento (RODRIK, 2004, p. 29).

Embora as exportações tenham sido promovidas de várias maneiras, as zonas francas de exportação (ZFI) foram a forma mais utilizada. Segundo, Rodrik (2004), existiam até aquele momento, cerca de 1000 ZFIs em todo o mundo, sendo raro encontrar um país sem um. O autor destaca que, no geral, as empresas que se localizam nas ZFIs são favorecidas de diversas maneiras, obtendo: facilidade para importação de insumos (desde que exportem sua produção); incentivos fiscais e trabalhistas; permissão para não se submeter a determinados regulamentos burocráticos; infraestrutura superior e serviços de comunicação (RODRIK, 2004, p. 29).

Incentivos oferecidos ao investimento direto estrangeiro são bem mais comuns. Praticamente todos os países do mundo têm alguma agência governamental encarregada de atrair investimentos estrangeiros, ofertando incentivos fiscais e outros subsídios e serviços facilitadores. Por exemplo, ao contrário das empresas nacionais, os investidores estrangeiros frequentemente têm a opção de submeter disputas jurídicas domésticas para arbitragem internacional. Os países em desenvolvimento competem ativamente entre si para atrair tais investidores, oferecendo incentivos generosos, mesmo que tais incentivos tendam a desempenhar, na melhor das hipóteses, um papel marginal nas decisões de localização das empresas multinacionais (RODRIK, 2004, p. 29-30).

A suposição é que as exportações e o investimento estrangeiro direto produzem resultados tecnológicos positivo, trazendo aprendizagem para outras atividades. Assim, apesar do discurso neoliberal corrente enfatizar a desregulação dos mercados, a visão dominante entre os decisores políticos - revelada não em seus discursos, mas em suas ações – é que o Estado precisa subsidiar essas operações. (RODRIK, 2004, p. 30).

Mas, segundo Rodrik (2004), a pesquisa econômica não confirma essa percepção. Estudos sugerem, pelo contrário, que as empresas exportadoras tendem a ser mais produtivas e tecnologicamente mais dinâmicas que as empresas que focam prioritariamente para o mercado interno. Ou seja, no geral, as melhores firmas optam por exportar e o padrão por elas adotados não é facilmente replicado. Consequentemente, subsidiar a exportação pode fazer

muito pouco para aumentar a capacidade produtiva ou tecnológica global. Também não há evidências de externalidades tecnológicas, ou outras externalidades, do investimento direto estrangeiro, com, ao contrário, alguns estudos indicando resultados negativos. Nestas circunstâncias, argumenta Rodrik (2004), subsidiar investidores estrangeiros é uma política particularmente absurda, uma vez que serviria para transferir a renda dos contribuintes de países pobres para os bolsos dos acionistas dos países ricos, sem nenhum benefício compensador (RODRIK, 2004, p. 30).

Considerando que se viu, especialmente a analisar autores como List, Evans e Rodrik pode se assumir que uma das formas para sustentar a indústria do setor privado que necessita de uma estruturação da sua organização, é exigindo um papel do governo para apoiar todo o processo de industrialização do setor privado interno. Pois para a maioria dos países a reestruturação industrial, mesmo de setores estabelecidos, raramente acontece sem uma assistência do governo de forma significativa.

5 UTILIZAÇÃO DA POLÍTICA INDUSTRIAL NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

5.1 Política Industrial do Estado Brasileiro

As políticas públicas na promoção de desenvolvimento é fator fundamental para os países em desenvolvimento. O caminho utilizado tanto pelos países desenvolvidos, como por aqueles em desenvolvimento, que se encontram em fase mais avançadas, como é o caso do Brasil, por exemplo – são referências fundamentais para os países que ainda não ingressam na fase industrial. A análise dos resultados das ações industriais dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, como no caso do Brasil, possibilita identificar alguns caminhos para os países como o Timor-Leste, que apenas muito recentemente passaram a utilizar as formas para criação e desenvolvimento das indústrias. E ao chegar até desenvolvimento, é necessário que exista a participação tanto pelo Estado quando pelas empresas privadas. Assim, a Política Industrial é ação utilizada pelos países na criação e desenvolvimento industrial para o aumento a taxa de crescimento econômico e garantir o bem estar social.

O Brasil ao longo da sua história já utilizou a PI de diferentes maneiras, desenvolveu muitos programas para suportar e proteger o setor industrial. Houve um planejamento maior e até certa forma abandonou alguns planos por imprevistos do mercado que levou o setor

industrial ao falecimento das suas atividades. Porém, passar por tantas gestões e dirigentes do país, houve a transformação e melhoramento das atividades industriais.

A primeira tentativa de proteger o setor industrial na produção interna do país, ocorreu no início de 1930, quando o governo Vargas comprou o excedente de café, mas não deu resultado positivo para o país. Por outra ocasião, segundo Peláez (1968 *apud* CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014, p. 108):

[...] o governo Vargas criou um imposto em espécie de 20% sobre as exportações de café. Também foi criado um imposto de um mil-réis por novo cafeeiro plantado nos cinco anos subsequentes. Essas intervenções objetivavam sustentar as cotações internacionais do produto. Isso permitiu ao governo fazer a transferência de recursos para o setor industrial através de investimento em infraestrutura e proteção às indústrias que se consolidavam no país

Conforme salienta, Carol et al (2014, p. 109), o governo não tinha o objetivo de avançar o setor industrial, mas pelo contrário para evitar o aprofundamento da crise que ali se instalara. Observa que no primeiro mandato do governo Vargas (1930- 1945), houve a criação de muitos órgãos, legislações e as medidas que poderiam fomentar o crescimento industrial do país, como por exemplo, a criação do:

[...] Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Instituto do Açúcar e do Alcool, Código de Minas, Código de Águas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Comissão de Defesa da Economia Nacional, Consolidação das Leis Trabalhistas, expansão do crédito, criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil e da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) (CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014, p. 109)

A partir dessa criação, o governo, por meio da sua política econômica e monetária, começou a realizar a reforma tributária, com controle cambial e entre outras medidas para dar suporte ao crescimento econômico (8,4%, média anual nos anos 1933 a 1937). Entretanto ao assumir pela segunda vez da gestão, a política do governo Vargas, continuou-se uma política de substituições de importação por meio da elevação dos produtos nacionais, principalmente aos bens consumos não duráveis e enfatizar mais ao desenvolvimento do setor energético e transporte como fator principal para crescimento econômico. Além disso, nessa mesma gestão, Vargas começou a substituir a política de importação e incentivar o setor primário com incentivo de crédito para produzir matérias primas como matérias consumidoras para o setor industrial (CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014, p. 109).

Segundo Daniel Arruda Coronel, e seus colegas (2014, p. 110), a estratégia de substituição de importação foi acelerada no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) por meio do Plano de Metas, que objetiva fazer o Brasil crescer 50 anos em cinco. O Plano de Metas focalizou nos investimentos estatais nas áreas principais que dão suporte à aceleração

do crescimento econômico, tais como: educação, transporte, alimentação, energia elétrica, bases industriais aumento a produção dos produtos intermediários e bens de capital.

O Plano de Metas foi financiado pelo recurso financeiro, por crédito e associação com capital internacional. O resultado obtido foi extremamente positivo, com o país na década 1957 até 1960 tendo conseguido fabricar:

[...] 300 mil veículos; construídos mais de 20 mil km de rodovias e 800 km de ferrovias; a produção de aço foi dobrada, passando de um milhão de toneladas para 2 milhões por ano; a produção de petróleo alcançou o patamar de 30 milhões de barris por ano; o Produto Interno Bruto (PIB), de 1956 a 1960, cresceu 8,1% ao ano, o PIB do setor industrial apresentou um crescimento de 10% ao ano no período. Além disso, destaca-se o aumento da participação do setor público no investimento fixo da economia, que passou de 27,5%, no período 1950-1956, para 37,1%, no período 1957-1960, o que demonstra a importância do Estado para a consolidação do plano (Lessa, 1982 *apud* CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014, p. 109).

Salientado ainda por esses autores, que embora os resultados tenham sido extremamente significativos para país, mas houve o aumento da inflação e crise cambial, com a taxa média de 25%, aumento dívida externa e a desigualdade sociais. Nessa década de 60 houve a crise econômica e conseqüentemente à crise política “[...] com imposição do regime autoritário e implementação de reformas institucionais, o planejamento do desenvolvimento industrial foi abandonado” (SUZINGA, 1996, p. 8).

Depois disso, entre 1968 até 1973, o Brasil se preocupou com planejamento do desenvolvimento econômico por meio da institucionalização desse plano mais formal na sua execução que era denominado Plano Nacional de Desenvolvimento – PND. No mandato de Geisel em 1974, assumiu o presidente, com regime autoritário mais moderado, ele pregava uma política econômica lenta, segura e gradual. Para o presidente em relação ao setor econômico, existiam duas alternativas: fazer ajustamentos ou financiar o crescimento., tendo ele obtido pelo segundo caminho. Sendo assim, o II PND objetivou manter o crescimento econômico de 10% ao ano e no campo industrial com 12% ao ano (CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014, p. 111). Dar importância ao processo industrial, o governo propor o desenvolvimento de base, principalmente aos bens de capital, insumos básicos e para fomentar o setor industrial. Além disso, utilizou-se a transferência da poupança por parte de setor privado para financiar os bens de consumo duráveis, atração do investimento, investimentos em infraestrutura dos setores estratégicos para funcionamento das atividades econômicas e redução de tributos.

Segundo Carneiro (2002 *apud* CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014, p. 111), por questão desfavorável e problemas internacionais, em termos de crise do petróleo e da extinção do Acordo de Bretton Woods,

[...] o II PND não obteve os resultados esperados, apesar do crescimento do PIB no período ser de 6,8% a.a., o do setor industrial, de 6,5% a.a. e a formação bruta de capital fixo passar de 19,6% em relação ao PIB, entre 1968 e 1973, para 22,7% no período 1974-1979. Contudo, os maiores problemas deixados pelo plano foram o aumento da dívida externa, que passou de US\$ 7 bilhões, entre 1968 e 1973, para US\$ 31,6 bilhões entre 1974 e 1979; das desigualdades sociais e das taxas de inflação que, no final de 1979, eram de aproximadamente 80% ao ano.

Nos anos 1980, o Brasil ficou conhecido como uma década perdida em razão de elevação da taxa de inflação, baixo crescimento e não adotou nenhuma política industrial e logo perdeu a participação na formação do Produto Interno Bruto (PIB). Na década de 90, por meio do governo Collor, foi promover a finalização o modelo substituição de importação, mas continuando proteger o setor industrial nacional, começou promover a abertura unilateral da economia do país e conjuntamente, lançou a privatização e desregulamentação e lançou o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade – PBQP, que tinha finalidade de analisar o desempenho do setor industrial (SUZIGAN; FURTADO, 2006 *apud* CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014, p. 112).

Na gestão do Fernando Henrique Cardoso, a política industrial ficou subordinada à estabilidade econômica, como salientaram os citados autores “[...] a política industrial ficou subordinada à estabilidade econômica, ou seja, existia a convicção de que uma economia com sólidos fundamentos macroeconômicos era a condição necessária para alavancagem do setor industrial” (CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014, p. 112). Contando isso, entre 1986 a 2002, levou o setor industrial ao processo de desaceleração por meio de taxa média anual do crescimento diminuiu, principalmente do setor industrial.

De acordo com Daniel, Carol e seus colegas (2014, p. 1120), a partir de 2003 quando Lula assumiu o presidente, ele tentou aumentar a produtividade na área de indústria por meio de fortalecimento de base industrial com programa de Política Industrial, Tecnológico e de Comércio Exterior (PITCE) que lançou em 2004, de tentar a competitividade. A PITCE teve objetivo em foco na linha de: a) inovação e desenvolvimento tecnológico; b) inserção externa; c) modernização industrial e ambiente institucional e d) aumento de capacidade produtiva. Essa política levou o país para desenvolver a capacidade produtiva das empresas, vivenciando a parceria entre público e privado e realizava a política externa com base de melhoria dos serviços industriais na comercialização internacional. Porém a PICTE apresentou muitos problemas por falta de articulação e coordenação da execução desse programa.

[...] no que tange à inovação tecnológica, não apresentou incentivos ao desenvolvimento de tecnologias novas e adaptadas às necessidades das grandes indústrias brasileiras; na inserção externa, deixou de privilegiar setores com alto valor agregado; no setor de modernização industrial, não estavam claras as diretrizes

e os objetivos desta modernização, além de não avançar na lei das patentes (CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014, p. 113).

Por falha desse programa, foi criada a Lei da Inovação e Biossegurança e fundamento para criação da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP. O programa lançou em 2008 e teve propósito de proporcionar o crescimento econômico do país na geração de emprego e aumentos o nível de competitividade e evitando problemas acontecidos na PITCE. Com a PDP, levou o país começando a crescer, na melhoria do balanço comercial e das desigualdades econômicas. Sendo assim, a PDP, ampliou a capacidade produtiva de ofertar mais, elevação da capacidade de inovação, fortalece o micro e pequenas empresas, ampliou essas empresas por meio dos investimentos e desenvolvimento. Além disso, começou a ampliar a participação de exportação do país, exportando mundialmente de 1,18% em 2007 passa para 1,25% no fim do ano 2010 (Brasil, 2010b *apud* CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014, p. 114). O custo para financiamento dessas empresas foi financiado através de crédito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e pela Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP. Mesmo assim, teve problema na implantação dessa política que era:

[...] a definição dos setores que seriam beneficiados pela política, visto que a decisão final dependia de maior credibilidade e embasamento para justificar tais escolhas. Outra crítica está relacionada às alterações de alíquotas para vários setores, o que deveria ser feito por mudanças na estrutura tributária e não por renúncias específicas (Ferraz, 2009 *apud* CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014, p. 115).

Por tanto não é difícil de implantar uma política pública, no caso a industrial, sem prever os fatores que influência tanto diretamente e indiretamente sobre sua execução. Após análise dos dados do processo de industrialização, percebe que o Brasil, teve grande resultado muito significativo para o país, no crescimento, mas ao mesmo tempo trouxe os problemas de certa forma prejudica à elaboração da políticas pública dentro do país.

5.2 Política Industrial do Japão

O desenvolvimento foi sempre um alvo principalmente para governo japonês. Por tanto não é difícil implantar uma política pública, no caso a industrial, sem prever os fatores que interligados e como fundamentos para funcionamento essa política. No governo japonês, depois de II Guerra Mundial, foi dedicado um esforço muito grande para a reconstrução da economia do país. O governo declarou os setores industriais prioritários que precisam de mais atenção após o bombardeio pelo norte-americano, foram eles: carvão, siderurgia, construção

naval e geração de energia. Sendo assim, “[...] o governo japonês criou o Instituto Financeiro de Reconversão, a fim de apoiar o sistema “prioritário” de produção, com a incumbência de prover fundos às empresas privadas visando o reinício da produção industrial” (RATTNER, 1987, p. 11).

Por meio da criação desse instituto, implantou também uma política que visando o controle da inflação, a modernização das plantas e equipamentos industriais e fomentação de exportação, principalmente as empresa exportadores tem vantagem por meio de inserção tributária.

O contexto econômico e geopolítico do período contribuiu para o desenvolvimento econômico do Japão, principalmente na Guerra do Vietnã (1963-1973) e “[...] quando as tropas norte-americanas lutando na Coreia compraram materiais e equipamentos no valor (atualizado) de US\$10 bilhões. O ingresso de divisas foi fundamental para a importação de máquinas e bens de capital para a indústria automobilística e outros” (RATTNER, 1987, p. 11). Maior parte dos produtos consumidos pelas tropas norte-americanas foram produzidos no Japão, impulsionaram o crescimento econômico e industrial do país.

No período de 10 anos na gestão do governo Ikeda (1960-1964), implantou o plano com a meta de duplicação da renda *per capita*, mas não chegou até 10 anos, só até 7 anos do seu mandato, já deu resultado de crescimento para Estado Japonês e alcançou a exportação dos investimentos privados e públicos com valor em taxa média de crescimento PIB 13% ao ano, ou seja, não é a taxa de crescimento da exportação que leva o Estado ao sucesso, mas por investimentos tanto na área pública como privada.

Vale lembrar que o objetivo do Plano foi combinado também com as metas econômicas, sociais e políticas, fornecidas pela *Economic Planning Agency of Japan*, tais como: a) o desenvolvimento do capital social; b) a integração da estrutura industrial; c) a promoção do comércio e cooperação internacional; c) o fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico; d) a diminuição das disparidades entre grandes e pequenas empresas; e e) a consecução da estabilidade social e política. Porém nos anos 1970, por conta de desvalorização do dólar e logo com “choque” do petróleo afetou todo processo econômico do país. Este começou implantar uma política de promoção à importação e liberdade de movimento capital de risco, limitação de exportação e deslocou o país para a promoção de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Até década 80, a política industrial focalizava o apoio ao desenvolvimento tecnológico nacional, visando a estimular a criatividade industrial para atender as necessidades da população (RATTNER, 1987, p. 12).

De acordo com Shoji Nishijima (2012, p. 82), ao tender ao crescimento econômico do país, criou-se o Ministério Comércio Internacional e Indústria do Japão (Miti), teve objetivo de implementar muitas ações para proteger certas indústrias para competir atividades econômicas estrangeiras e promoção de exportação, como fator essencial da política industrial. Mesmo assim, o governo japonês, criou também a política industrial por meio de outros ministérios no foco da política indústria mais influente para suportar o Miti.

Ainda argumentado pelo autor que, a política industrial do Japão foi conduzida por esses ministérios durante pós Segunda Guerra Mundial, dividido em cinco categorias influentes: a) política que tinha por função a influencia da estrutura industrial, ao incentivar e proteger as indústrias no desenvolvimento, através da intervenção, incentivo, ao ajuste e auxílio ao “processo de saída” de indústrias em declínio; b) política corretora de falhas do mercado e orientação dos recursos em direções necessárias para promoção das informações mais precisas; c) política que tinha como função a intervenção oficial nas organizações industriais privadas e no mesmo tempo aumento do bem estar econômico; d) adoção da política no país não por bases econômicas, mas por requisitos políticos e e) inclusão das categorias industriais, como por exemplo, as políticas macroeconômicas, políticas destinadas à padronização de distribuição de renda, política para controle de poluição, política regionais, política na promoção de Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e política para pequenas e médias empresas (NISHIJIMA, 2012, p. 82). Pode ser resumida a política industrial do Japão no período pós-guerra, em cinco fases, que conta com o desenvolvimento econômico do país até atualidade em seguinte quadro:

Quadro 1: Breve história da política industrial Japonesa

Política industrial	Período
Período de reconstrução	1945-1950
Período de recuperação e organização	1951-1960
Período de alto crescimento	1961-1972
Período de crise do petróleo	1973-1982
Período de desequilíbrio comercial	1983 até o presente

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Shoji Nishijima (2012, p. 84).

6 CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE TIMOR-LESTE (POLÍTICA INDUSTRIAL)

6.1 Plano Estratégico de Desenvolvimento – PED (2011-2030)

O primeiro plano de desenvolvimento do país, intitulado Plano de Desenvolvimento Nacional – PDN de 2002, visava à redução da pobreza em todos os municípios do Estado do Timor-Leste, à promoção justa do crescimento econômico e à garantir a qualidade da saúde, educação e bem estar para toda a sociedade timorense. Este plano estabeleceu as estratégias para o avanço do desenvolvimento do país dentro de cinco anos (TIMOR-LESTE, 2011).

O segundo plano na história recente do país, o Plano Estratégico de Desenvolvimento – PED (2011-2030) do Estado Timorense, foi elaborado para dar respostas às dificuldades e problemas enfrentados pela sociedade e fazer uma diferença positiva nas condições da vida do povo timorense. Ofereceu também um guia para o desenvolvimento do país e para todos que serão beneficiados, pois sua elaboração teve a participação da sociedade timorense, uma vez que os diferentes grupos sociais foram ouvidos, incluindo as pessoas que vivem nas pequenas aldeias, nos centros dos municípios e na capital do país. Nesse sentido, o plano mostra a unidade entre os povos com mesmo objetivo, mesmo compromisso e interesse para chegar à prosperidade no futuro. O PED é um documento político, que além de ter sido coletivamente construído ainda conta com a participação da sociedade para a implementação de algumas de suas metas, e orienta os timorenses atuais e as futuras gerações para a transformação progressiva da nação. Esse plano visa atender à promoção integrada com a comunidade global e o relacionamento com os países do Leste Asiático nas áreas sociais e econômicas no apoio democrático para tornar um modelo de Estado mais desenvolvido (TIMOR-LESTE, 2011).

O Plano trata das necessidades e dificuldades enfrentadas pelas sociedades timorenses, principalmente na área de saúde, educação e trabalho como fator fundamental para a superação da pobreza extrema. O Plano enfatiza que, desde 2002, o país “[...] registou um crescimento econômico com dois dígitos e uma melhoria geral no bem-estar do Povo. Houve reformas sectoriais e investimentos consideráveis na economia, tendo-se também iniciado o desenvolvimento do sector do petróleo e do gás” (TIMOR-LESTE, 2011, p. 10). Além disso, o plano visa desenvolver as infraestruturas fundamentais, recursos humanos e fortalecimento da sociedade para crescimento do emprego nos setores privados e industriais, como por exemplo, agricultura, turismo e indústria. O Plano estabelece metas e ações que contribuirão para levar o país a superar suas mazelas sociais e econômicas

A seção que trata do desenvolvimento econômico, no PED, toma o crescimento industrial como passo fundamental para o Timor-Leste, tais como o desenvolvimento rural, turismo, agricultura, petróleo e setor privado, pois a localização do país tem vantagem para a produção industrial por razão de ter seus recursos naturais, geográficos e perfil econômico (TIMOR-LESTE, 2011, p. 128). Além disso, o desenvolvimento econômico visa “[...] uma economia moderna e diversificada, com infra-estruturas de alta qualidade, incluindo estradas, electricidade, portos e telecomunicações” (TIMOR-LESTE, 2011, p. 128).

No que se refere à agricultura, o PED visa substituir o atual modelo de subsistência por uma agricultura empresarial praticada pelas pequenas propriedades de agricultura e proprietários de terra. Em relação ao setor petrolífero, as metas incluem a produção de petróleo e gás, como também as indústrias de *downstream*.

O desenvolvimento rural é também importante no plano estratégico. O setor privado tem grande potencial e exerce um papel fundamental, dado que auxilia o setor público na erradicação da pobreza por meio da criação de empregos no meio rural, estes que possibilitam aos timorenses o acesso a empregos, sem haver a necessidade de saírem de suas localidades. A atuação do setor privado começou a crescer nas zonas remotas e “O registo de empresas tem aumentado de forma gradual, passando-se de 171 em 2007 para 1.799 em 2009. A nível do registo de microempresas, passou-se das 1.212 em 2007 para as 5.232 em 2009” (TIMOR-LESTE, 2011, p. 132).

Uma das estratégias do desenvolvimento econômico deste plano é a criação de empregos locais como uma das formas de aumentar o nível de vida e sustento da sociedade timorense residente nas áreas rurais. Para tal, é preciso promover e apoiar o setor privado nas áreas remotas, além de auxiliar o crescimento das pequenas e microempresas. Como a economia do setor privado é menos atrativa nas áreas rurais, pelo qual não gera emprego, o apoio oferecido pelo Estado timorense é uma das estratégias necessárias para impulsionar o desenvolvimento local, afirmado pelo Timor-Leste (2011, p. 130).

Conforme apresentado pelo PED, o setor privado timorense estabeleceu um “pacote referendo” em 2009 que teve por objetivo encorajar parcerias entre o setor público e privado em áreas rurais e urbanas na construção e infraestrutura. O pacote prioriza os projetos a nível local e facilita as sociedades locais na melhoria das suas infraestruturas.

Para envolver o sector privado, na aceleração do desenvolvimento rural, estabeleceu-se em 2009 o “Pacote Referendo”, em celebração do 10.o Aniversario do Referendo de 1999. Este pacote encorajou parcerias estratégicas entre o sector privado e o Governo em áreas urbanas e rurais na construção de mais de 800 projectos de infraestruturas de pequena e média dimensão. A iniciativa permitiu injectar fundos diretamente em empresas sediadas nas comunidades, relativamente a

projectos de construção e de infraestruturas, para estimular as economias locais [...] (TIMOR-LESTE, 2011, p. 132).

O papel do Estado por meio dessa parceria é criar oportunidades de emprego, identificar e mobilizar o potencial do setor produtivo de cada município e dar oportunidades de participação na construção da nação. Como resultado, espera-se que as comunidades locais de 13 municípios envolvam-se na construção ou reparação das estradas e pontes, na infraestrutura de saneamento, no estabelecimento de saúde, no abastecimento de água, nas escolas e nas infraestruturas de controle.

No ano de 2010, o governo estabeleceu o Programa de Desenvolvimento Descentralizado – PDD que se divide em duas modalidades: PDD I e PDD II. O primeiro (PDD I) destina-se a projetos com quantia orçamentar máxima de 150.000 dólares e o segundo (PDD II) aplica-se o valor máximo orçamentário entre 150.000 e 500.000 dólares. Assim em 2011, encontra-se 225 projetos do PDD I que “[...] irão fortalecer a economia nos distritos e encorajar o crescimento de empresas locais, para realizarem os trabalhos de construção e reabilitação de infraestruturas” (TIMOR-LESTE, 2012, p. 133).

Para aumentar o nível de emprego e o rendimento das famílias, o Estado timorense planeja atrair os investidores para as principais indústrias. O Plano estabelece que isto poderá ocorrer através das parcerias entre público e privado, construindo um relacionamento de parcerias com as empresas internacionais para o desenvolvimento de infraestruturas que auxiliam as empresas locais para o crescimento do país. Segundo o PED, “A sustentabilidade futura da economia da nossa Nação depende da construção de um sector privado consistente, pelo que daremos prioridade a construção de um ambiente empresarial e de investimento que apoie o arranque e o crescimento das empresas” (TIMOR-LESTE, 2011, p. 184).

O apoio do setor privado pelo Estado é feito por meio da Câmara de Comércio e Indústria de Timor-Leste, pelo qual auxilia e aconselha as empresas em relação às áreas de negócio no país. Essa câmara fornece formação para fortalecer a gestão de pessoas no setor privado.

As reformas que fizemos até aqui dão a Timor-Leste um dos sistemas tributários mais atrativos a empresas, no mundo inteiro. Uniformizamos também os nossos procedimentos aduaneiros. Outro aspecto importante a ter em conta e que uniformizamos os nossos requisitos e processos de registo de empresas, fazendo com que seja mais fácil e mais rápido criar uma empresa (TIMOR-LESTE, 2011, p. 184).

Para o desenvolvimento do setor privado será estabelecido um Banco Nacional de Desenvolvimento, oferecendo o incentivo de crédito para que as empresas possam expandir seus negócios, comprando os bens e equipamentos empresariais para o seu funcionamento e para que possam conceder empréstimos a longo prazo. Além disso, irá permitir às empresas timorenses seu crescimento, por meio da contratação de mão-de-obra e construção de uma melhor infraestrutura da nação.

O Banco irá funcionar numa base comercial e será gerido por um Conselho de Administração especializado e independente. O Conselho preservará o Banco Nacional de Desenvolvimento de pressões não comerciais. O Banco será lucrativo dentro de um período de tempo razoável, de modo a preservar o seu capital (TIMOR-LESTE, 2011, p. 186).

Ainda sobre o desenvolvimento do setor privado, será criada a Agência de Investimento de Timor-Leste que vai auxiliar no desenvolvimento de novas indústrias, criar a base de qualificação doméstica, ampliar a fundamentação econômica e minimizar a dependência de importações. Através da promoção e incentivo empresarial, as empresas poderão ajudar com o desenvolvimento do país e, assim, por meio das suas ações e investimentos poderão concretizar os projetos estratégicos significativos com incidência comercial. Por meio dessa agência, as empresas irão apoiar na transição da economia petrolífera para uma economia não petrolífera, através da promoção de investimento nos setores econômicos nacionais (TIMOR-LESTE, 2011, p. 186).

No desenvolvimento do setor privado, foi criado o Instituto de Microfinanças de Timor-Leste em 2001, instituto este que pertence ao governo, e visa fornecer pequenos empréstimos à sociedade, no entanto, tais empréstimos são concedidos exclusivamente aos funcionários públicos que trabalham ao Estado. Para tal, o PED irá transformar esse instituto em um banco comercial nacional que presta serviços financeiros à sociedade timorense, isto é, para as micro, pequenas e médias empresas em todo território.

Instituto de Microfinanças de Timor-Leste e que este se irá transformar num banco comercial, verdadeiramente timorense, que preste serviços financeiros ao povo timorense espalhado pelo País. O Instituto será alargado de modo a tornar-se um pequeno banco comercial que sirva o nosso povo, preste serviços bancários e conceda crédito, e promova o desenvolvimento regional e rural. Prestará serviços a indivíduos e a micro, pequenos e medias empresas (TIMOR-LESTE, 2011, p. 187).

Por último, um dos planos de desenvolvimento do setor privado para o crescimento econômico do país é o desenvolvimento de zonas econômicas especiais que “[...] podem tornar-se centros de crescimento econômico rápido. Timor-Leste irá considerar o estabelecimento de Zonas Econômicas Especiais para atrair rapidamente investimento externo

e empresas internacionais” (TIMOR-LESTE, 2011, p. 188). Assim, esta zona irá fomentar o desenvolvimento, a competitividade e empreendedorismo no território nacional, além de atrair os investidores do exterior. Para tanto, o Estado oferece “[...] cenários reguladores mais uniformizados e certos e cenários fiscais mais baixos do que os nossos concorrentes internacionais. Tanto o investimento nacional como o internacional”, como argumentado pelo autor supracitado.

6.2 Considerações sobre uma Política Industrial para Timor-Leste

6.2.1 Característica da política industrial

Fazendo-se uma análise dos dados da pesquisa encontrados no decorrer deste trabalho, observa-se que a Política Industrial pode ou não colaborar para o desenvolvimento de um país. Em algumas circunstâncias a política industrial irá contribuir ou não para o desenvolvimento de determinada nação, pois é preciso considerar alguns fatores. Tais fatores constituem-se na situação e características do país que podem ser desenvolvidos ou subdesenvolvidos.

Para os países desenvolvidos, a PI apresenta características e maneiras de execução diferentes daquelas necessárias para os países em desenvolvimento, ou subdesenvolvidos. A aplicação da PI mostra suas características diferenciadas, dependendo das peculiaridades históricas e econômicas e a maneira da execução dessa política.

No que tange ao Timor-Leste, este é um país subdesenvolvido não industrializado. Desse modo, a aplicação da PI no Timor-Leste deve apresentar características diferentes com relação a outros países subdesenvolvidos, como o caso do Brasil e do Japão pós II Guerra Mundial que, apenas de subdesenvolvido, já é uma nação industrializada.

Para os países subdesenvolvidos não industrializados, como o Timor-Leste, o mais importante é levar em consideração as características da política industrial, que são: a) a necessidade de geração de empregos; b) a regulamentação da política industrial, ou seja, os empregos precisam ser melhor remunerados; c) os trabalhadores precisam ter salários mais justos; e d) o pagamento dos tributos precisa ser melhor regulamentado, de forma que o Estado utilize esses recursos para financiar a política social, em áreas como a da saúde, educação, transporte público, lazer, praças públicas e infraestrutura.

O Estado timorense deve efetivar a aplicação da política tributária para que as receitas dos tributos pagos pelas empresas que exercem as atividades industriais possam utiliza-los

para financiamento dos investimentos em ações e programas governamentais. Para tanto, é necessário que estabeleça o princípio da capacidade contributiva, ou seja, aqueles que ganham muito pagam mais ao Estado para que este possa investir no capital social (redistribuição de renda, educação, transporte, saúde e infraestrutura). Além desses impostos, o governo também arrecada os tributos pagos por meio das ações das empresas privadas e pagos pelos cidadãos comuns. Através do investimento público, o Estado incentiva a instalação de empresas do setor privado, mas ao cobrar tributos provoca o desestímulo desta ação, exigindo então uma política salarial justa e não exploratória para a circulação da economia do país, isto porque os operários que trabalham nas indústrias precisam consumir e suprir suas necessidades básicas. Isto contribui para que os trabalhadores possam se desenvolver, além de aumentar sua renda, ter liberdade para tomar algumas decisões, como afirma Sen na sua obra “Desenvolvimento como Liberdade” quando aponta que o desenvolvimento é como um processo onde existe a expansão das liberdades reais que os indivíduos desfrutam.

O consumo puro não traz benefícios para o desenvolvimento, porém ele se faz fundamental para os indivíduos, pois estes precisam suprir suas necessidades. Para tanto, é importante que exista uma boa política pública industrial voltada para a qualidade de saúde e educação e também para o pagamento justo aos trabalhadores, como defendido por Sen e sua obra supracitada que se baseia na liberdade e fundamentos das justiças.

6.2.2 Restringir a entrada de capital externo e fortalecer a economia de Timor-Leste

A partir da análise do desenvolvimento e dependência do sistema nacional de economia na perspectiva de Friedrich List, há a possibilidade de construção de uma política industrial para Timor-Leste, de modo a fortalecer o mercado interno e barrar a entrada do capital externo. Nesse sentido, para a industrialização do Timor-Leste é necessário que exista o incentivo do investimento interno, fortalecendo o mercado interno por meio das micro e pequenas empresas e dos agrupamentos comerciais, onde cada um dos municípios timorenses se especializam em determinada área para a produção e comercializam produtos aos municípios que não tem a mesma produção como forma de complementar seus sistemas econômicos.

Este incentivo pode ser realizado através de reforma tributária que beneficia as empresas nacionais e preciso que o Estado timorense garantir a estabilidade social e política do país para que as empresas podem se interessa a investir suas ações.

Conforme apresentado pela vice-presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Timor-Leste, João Alves, publicado pelo Jornal Nacional Diário em 27 de janeiro de 2017, a atividade econômica do Timor-Leste atualmente é dominada pelas pessoas estrangeiras na realização de livre atividade econômica. Assim ele afirmou que “Ita la bele nega katak, ekonomia ita nian ohin loron ne’e domina ona husi ema estrangeirus²” (ALVES, 2016 *apud* JORNAL NACIONAL DIÁRIO, 2017).

Portanto é necessário restringir a entrada do capital externo no Timor-Leste, dá-se vantagem para as empresas locais para que o capital produzido em Timor-Leste possa circular no mercado interno. O Estado do Timor-Leste deve adotar a união alfandegária e união econômica entre os municípios existentes no país, onde existe a livre circulação dos bens e serviços no mercado nacional para empresas nacionais utilizando os capitais internos na produção de bens e serviços.

A liberdade dos indivíduos é um fator fundamental no processo de desenvolvimento das forças produtivas na atividade econômica de Timor-Leste. Conforme a análise de List e de Sen, a liberdade é o meio principal e o fim do desenvolvimento. Por isso, na economia, a força produtiva é a capacidade que os indivíduos têm para a criação da riqueza e o setor público precisa estabelecer a norma para garantir a política de transação do mercado.

O desenvolvimento econômico de Timor-Leste baseado nos princípios de List também se confirma através da Lei N. 4/2005 de 7 de Julho (Lei do Investimento Nacional) que estabelece as políticas fundamentais para promover e engajar o investimento privado nacional como fator determinante para a criação de riqueza e emprego em Timor-Leste, de modo a melhorar a qualidade de vida dos povos timorenses. Esta lei destina-se ao apoio ao investimento das empresas nacionais para que possam contribuir no crescimento econômico, conforme consagrado em todos os planos de desenvolvimento do país.

Para que exista o crescimento econômico em Timor-Leste por meio da política industrial, o governo deve incentivar as populações locais, tanto mercados consumidores quanto investidores, como os sócios internos do país que possibilitam a força produtiva nacional em Timor-Leste. Assim, conforme argumentado por Peter Evans no seu livro “Estado como Problema e Solução”, existe a pactuação do Estado com o setor privado, pelo qual incentivam as empresas privadas facilitando o investimento do setor privado, porém cobrando os tributos. Além da normatização para regulamentar as atividades econômicas, o Estado timorense deve instituir algumas atribuições para as instituições nacionais como forma

² Tradução da fala do vice-presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Timor-Leste, João Alves: “Nós não podemos negar que nossa economia atualmente é dominada pelas pessoas estrangeiras”.

de suportar as atividades industriais, fortalecendo a produtividade agrícola e a comercialização que dão suporte na atividade industrial.

A política industrial timorense deve ser protegida em seu mercado interno, incentivando não apenas a sua instalação, mas também a produção e a comercialização. Essa proteção deve ser realizada por meio do fortalecimento e formação dos cidadãos timorenses através do investimento no capital humano, máquinas e conhecimentos que são fatores importantes a serem discutidos na próxima seção deste capítulo.

O fortalecimento do mercado interno de Timor-Leste é um dos princípios fundamentais para o desenvolvimento econômico do país, além de ampliar as forças produtivas nacionais e o setor agrícola que também darão suporte mais rápido para o funcionamento das indústrias. O país subdesenvolvido como o Timor-Leste que está em fase de desenvolvimento industrial, deve estabelecer uma barreira de proteção nas fronteiras do mercado e as indústrias precisam do apoio do setor privado para o seu funcionamento no mercado.

Para o desenvolvimento do setor privado em Timor-Leste é necessário fortalecer os bancos nacionais de desenvolvimento para que estes possam conceder empréstimos por meio do incentivo do crédito produtivo ou financiamento às empresas nacionais, para que essas empresas possam investir em ações, expandir sua linha de produção, comprar bens e equipamentos e melhorar suas instalações. Além disso, é preciso fortalecer a criação da Câmara de Comércio e Indústria de Timor-Leste, previsto no PED de 2011 a 2030, como forma de integração da estrutura industrial com a regulamentação das atividades de comércio e indústria do país.

6.2.3 Desenvolvimento tecnológico por meio de investimento ciência e pesquisa

A política industrial é um dos meios utilizados pelo Estado timorense para o desenvolvimento do país, dependendo da maneira a ser implantada. A principal razão que leva o povo timorense a implantar essa política é fortalecer a economia do país, aumentando o nível de produção agrícola para comercialização e produzindo alimentos de consumo básico. Além disso, a importância da indústria para Timor-Leste é equilibrar a balança comercial exterior na economia da nação.

Para fortalecer a industrialização do Timor-Leste é preciso que haja o desenvolvimento da ciência e tecnologia por meio da Pesquisa e Desenvolvimento – P&D que acompanha o processo de crescimento econômico e a industrialização. O governo timorense deve investir e apoiar o ensino e pesquisa, principalmente nas universidades para dar suporte no processo de

desenvolvimento industrial, de modo a utilizar os métodos, máquinas e equipamentos renováveis nas atividades industriais. Além disso, o governo deve empregar esforços também na área de capital humano, máquinas e conhecimento técnico e tecnológico para aumentar e melhorar a produção industrial visando maximizar o crescimento econômico do país. Pois em alguns países, como por exemplo, na industrialização do Brasil, a partir nos anos 2004, lançou sua política industrial que visa à inovação e desenvolvimento tecnológico.

Fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico é fator fundamental para industrialização timorense para que a produção da atividade seja inovadora e que possa levar menos tempo, com menos custo e produzir mais, com qualidade dos produtos. Outra forma para assegurar a produção industrial de Timor-Leste é o aprimoramento dos seus produtos produzidos e desenvolvimento de novas ideias pelos trabalhadores, criando soluções que integrem todos os funcionários e a sociedade timorense.

Os trabalhadores do setor industrial precisam dedicar seus tempos para desenvolver atividades que visem ao crescimento do seu conhecimento. Uma das formas para a industrialização do Timor-Leste no desenvolvimento da ciência e tecnologia diz respeito à manutenção de colaboração com outros setores produtivos tanto na mesma linha de produção como em outra, compartilhando os resultados de pesquisa como forma para diminuição dos custos da pesquisa e desenvolvimento. Para além do investimento na pesquisa e desenvolvimento, a efetividade da política industrial de Timor-Leste deve conservar e ter manutenção dos equipamentos utilizados no processo das atividades industriais.

6.3 Descentralização e diversificação das ações e programas

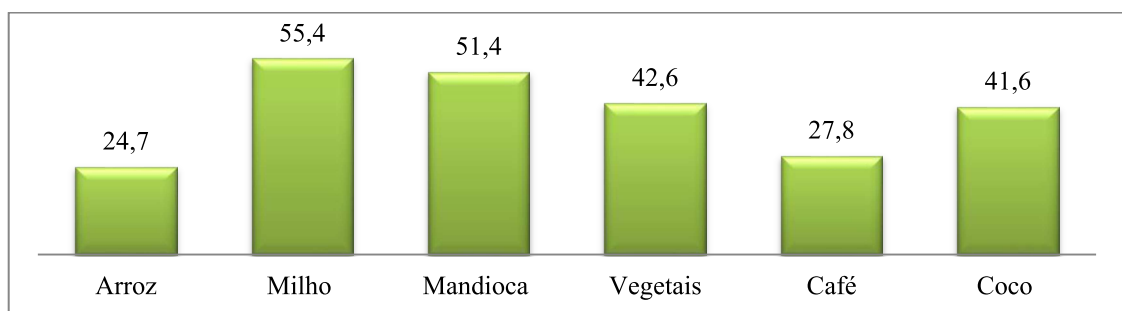
O princípio da descentralização e competência administrativa é reconhecida amplamente pela Constituição da República Democrática de Timor-Leste de 2002. O Estado timorense respeita a organização territorial e as competências de cada organização que está previsto no artigo 5º e fortificado no artigo 71º da constituição.

1. O Estado respeita, na sua organização territorial, o princípio da descentralização da administração pública.
2. A lei define e fixa as características dos diferentes escalões territoriais, bem como as competências administrativas dos respectivos órgãos.
3. Oe-Cusse Ambeno e Ataúro gozam de tratamento administrativo e econômico especial (TIMOR-LESTE, 2002, p. 10).

A própria constituição adianta, no artigo 72º, os traços essenciais dos modelos de descentralização territorial ao nível local que estabelece que “o poder local é constituído por

peças coletivas de território dotadas de órgãos representativos, com o objetivo de organizar a participação do cidadão na solução dos problemas próprios da sua comunidade e promover o desenvolvimento local, sem prejuízo da participação do Estado”. Após da descentralização da máquina pública, o governo local tem papel fundamental para efetivar a política pública visando o desenvolvimento local. Consequentemente as empresas podem expandir sua linha de produção nas localidades onde tem sua especificidade a ser implantado para ficar perto do insumo de produção das indústrias e consequentemente podem ampliar o mercado de trabalho em todo território timorense. A produção agrícola em Timor-Leste é um dos pontos atrativos para o setor industrial, pelo qual as empresas instalam-se nos territórios que produzem a variedade de produção agrícola, tais como, arroz, milho, mandioca, vegetais, café, coco e entre outras conforme apresentado em seguinte gráfico.

Gráfico 5: Produção Agrícola em Timor-Leste



Fonte: Censo de 2010 *apud* PED, 2011, p. 148

Os alimentos básicos da sociedade timorense apresentados no gráfico anteriormente, revelam que existe a potencialidade para o setor industrial para explorar esses produtos para consumo humano a fim de que o país possa minimizar a importação e dependências de outros países. Para tanto, o governo local deve incentivar as empresas nacionais a instalar sua linha de produção e negócio em determinado local que tenha mais atrativo para produção industrial. Nos municípios, como por exemplo, Viqueque, Baucau, Bobonaro e Maliana que possui o maior nível de produção de arroz para consumo próprio, os governos locais deveriam investir na instalação das indústrias de arroz e comercializar aos outros municípios que não possuem essa produção.

Na produção de café, o poder municipal, como por exemplo, nos municípios de Aileu, Bobonaro, Ermera, Liquiçá e Manufahi têm potencialidade de produção deste produto. Portanto, é preciso fortalecer esses municípios a fim de criar condições básicas por meio de infraestruturas adequadas e do financiamento de crédito produtivo para os pequenos

agricultores que dão suporte a produção industrial. Além dessas produções, existem também outros que contribuem para a economia do Timor-Leste, são elas: produção de coco, mandioca, vegetais, milho, criação de animais, pescas, produtos florestais (bambu) e entre outros que precisa da instalação de polo industrial para exploração, contribuindo para o consumo diário do povo timorense.

Cada município apresenta características diferentes para atrair os investidores internos a instalar suas ações, inclusive levar indústrias aos municípios mais afastados da capital para desenvolver todos os territórios timorenses. Uma vez que, a presença das indústrias nos municípios, além de trazer o desenvolvimento local, aumentando a renda das pessoas, possibilita também trazer consigo o mercado de trabalho, de modo que a população não precise mais se deslocar à capital e aos países estrangeiros para procurar emprego e estudar.

O desenvolvimento local através da política de descentralização, além de gerar novos empregos, aumenta o crescimento econômico. Porém, é necessário que os poderes locais timorenses busquem equilibrar as políticas públicas para atender a sociedade de maneira justa e igual para todos por meio de desenvolvimento de capital social.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A industrialização para Timor-Leste é ir além do crescimento econômico, é necessário que a sociedade timorense tenha liberdade para participar ativamente do desenvolvimento do país. É preciso que a política industrial seja implementada de forma a ampliar o mercado de trabalho, contudo sem que haja a exploração dos trabalhadores, também deve haver o fortalecimento das empresas privadas e demais sociedade timorense através de incentivo de crédito, tributário e modernização das máquinas de indústrias, sem destruição ambiental. A política industrial para Timor-Leste é um dos meios para o desenvolvimento do país, de modo que a implementação de tal política possa garantir o bem-estar social e a liberdade de participar nos programas e planos do Estado.

A política industrial para Timor-Leste é uma necessidade tanto para o Estado como para a sociedade para a formação do desenvolvimento da nação, e não simplesmente a modernização das atividades das indústrias. Esta política deve ser considerada como uma das estratégias para sair da linha de pobreza e outros problemas sociais como apontados nos relatórios de desenvolvimento humano elaborados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para o Timor-Leste.

Pensar em desenvolvimento para Timor-Leste é preciso levar em consideração que o indivíduo é o centro de desenvolvimento e necessitando a valorização das pessoas. A política industrial do Timor-Leste não deve simplesmente trazer o mercado de trabalho para timorenses, de modo aumentar suas rendas, mas precisa melhorar a vida da sociedade nativa, o que conseqüentemente trará o desenvolvimento para o país.

No mundo globalizado atual, o comércio internacional exerce grande importância para manter relações com outros países. Com isso, não se deve pensar o desenvolvimento industrial do Timor-Leste de maneira isolada, mas é necessário que o país se especialize em determinado produto para comercializar a outros países, ou seja, exportando seus produtos, assim como evidencia a teoria da vantagem comparativa apresentada por Peter Evans (1944).

Uma vez que as relações de comércio exterior se baseiam na teoria da vantagem comparativa, o Estado busca desenvolver suas capacidades e tecnologias para competir no mercado internacional. Não ter tratado dessa questão apresenta-se como uma das lacunas do presente trabalho. Porém, embora isso seja verdade, reconhece-se que este é tema relevante e que poderá ser explorado em outros possíveis estudos.

Outro aspecto importante, que também demanda atenção por parte da comunidade acadêmica, é que os caminhos apontados no presente trabalho, revelam o ideal da política

industrial para Timor-Leste, mas nada foi falado sobre o desenvolvimento da industrial baseando na agricultura, com características de beneficiamento (beneficiar o produto natural), por meio de fortalecimento dos grupos agricultores internos. Modelo em que, o governo criaria a política pública que fortalece esses agricultores, para que possam vender seus produtos àqueles que não produzem. O papel da indústria que está tratando neste trabalho é beneficiar um bem origem primária (ideia de transformação).

Pensa a promoção do desenvolvimento do Timor-Leste também poderá implicar o fortalecimento do capital social em cada território timorense, principalmente no desenvolvimento rural, dadas as próprias características do país. Em sua obra, intitulada “O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural”, Ricardo Abramovay (2000) mostra a proximidade social por meio da coordenação entre diferentes atores, que são capazes de valorizar o conjunto ambiental com base em empreendimentos inovadores. Para ele, é importante pensar a dimensão territorial, ou seja, o que a cada região possui e os desafios geográficos encontrados, por meio de “redes” ou “cooperação” realizados pelos autores do local, o que pode levar a conquista de objetivos comuns e necessidades coletivas.

A valorização de capital social contribuirá para o desenvolvimento rural do país, pois ações que visem a esse fim, levará os indivíduos a agirem conjuntamente, dependerem uns dos outros, inclusive em sentido mais produtivo, o que otimizará os recursos disponíveis (ativos econômicos).

Logo, pensar o desenvolvimento para Timor-Leste na atividade produtiva, demandará um olhar mais amplo sobre o modo organizativo da sociedade timorense e suas tradições, o que certamente permitirá a utilização de instrumentos clássicos de promoção do desenvolvimento, como a política industrial, mas de um modo redimensionado, como sugeriam Rodrik e List.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mansueto. **Texto para discussão n° 1452**: desafio da real política industrial brasileira do século XXI. Brasília: IPEA, 2009. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1452.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2016.

ASIAN DEVELOPMENT BANK. **Timor-Leste**: economy. 2016. Disponível em: <<https://www.adb.org/countries/timor-leste/economy>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

BOUZAN, Ary. Mercado interno e desenvolvimento econômico. **Revista de Administração de Empresas**, vol. 2, n. 5, 1962. Disponível em: <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75901962000500006.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2016.

CORONEL, Daniel Arruda; AZEVEDO, André Filipe Zago; CAMPOS, Antônio Carvalho. Política industrial e desenvolvimento econômico: a reatualização de um debate histórico. **Revista de Economia e Política**, vol. 34, n. 134, p. 103-119, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v34n1/v34n1a07.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2016.

DIREÇÃO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE TIMOR-LESTE. **Indicadores estatísticos trimestrais**: 1º trimestre 2010. Dili: DNE, 2010. Disponível em: <http://www.statistics.gov.tl/wp-content/uploads/2013/12/website_qsi_6issue.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2016.

_____. **Timor-Leste em números 2013**. Dili: DNE, 2013. Disponível em: <<https://www.laohamutuk.org/DVD/DGS/TLFigures2013.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. **Timor-Leste em números 2014**. Dili: DNE, 2014. Disponível em: <<http://www.statistics.gov.tl/wp-content/uploads/2016/06/Timor-Leste-In-Figures-2014.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

EVANS, Peter. O Estado como problema e solução. **Revista de Cultura e Política**, n. 28-29, 1993. Disponível em: <<https://economiaempresarial2011.files.wordpress.com/2011/10/estado-como-problema-e-solucao1.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2016.

_____. **Autonomia e parceria**: Estados e transformação industrial. Rio de Janeiro: UFRJ, 1944. Disponível em: <<https://trajetoriasdaspoliticadecti2015.files.wordpress.com/2015/06/p-evans-autonomia-e-parceria-cap-1.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2016.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Administração pública e políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, vol. 45, n. 3, p. 813-836. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v45n3/11.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

_____. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, vol. 12, n. 1, p. 47-71. 2004. 47 p.. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21692>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

INDEX MUNDIAL. **Expectativa de vida no nascimento (anos):** Timor Leste. Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/g/g.aspx?c=tt&v=30&l=pt>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **A Política de desenvolvimento industrial:** o Que É e o Que representa Para o Brasil. IEDI. 2002. Disponível em: <<http://retaguarda.iedi.org.br/midias/artigos/4cfe53d30f0442c9.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

_____. **Indústria, Desenvolvimento e Política Industrial.** 530 ed. São Paulo: IEDI. 2012. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_530.html>. Acesso em: 24 abr. 2016.

JORNAL NACIONAL DIÁRIO. **CMM fatin fo protesau labarik ho risiko.** 2015. Disponível em: <<http://www.jndiario.com/2015/09/01/cmm-fatin-fo-protesau-labarik-ho-risku/>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

_____. **Economia TL iha ‘ameasas’ boot, Tinan 20 tan bele monu ba ema estranjeirus.** 2017. Disponível em: <<http://www.jndiario.com/2017/01/27/ekonomia-tl-ih-ameasas-boot-tinan-20-tan-bele-monu-ba-ema-estranjeirus/>>. Acesso em: 03 fev. 2017.

_____. **Oinsa cooperativa escola bele tulun Programa Meredna escolar husi:** Nino Pereira Secretário de Estado da Indústria e Cooperativas. 2014. Disponível em: <<http://www.jndiario.com/opiniaun/oinsa-cooperativa-escola-bele-tulun-programa-merenda-escolar-husi-nino-pereira-secretario-de-estado-da-industria-e-cooperativas/>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

MACAUHUB. **PIB de Timor-Leste cresce em 2016/201 com aumento do investimento.** 2016. Disponível em: <<http://www.macauhub.com.mo/pt/2016/04/11/pib-de-timor-leste-cresce-em-20162017-com-aumento-do-investimento/>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

MONIZ, António Ribeiro. **Educação e Crescimento Econômico em Timor-Leste.** 2012. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/19584/1/Ant%C3%B3nio%20Ribeiro%20Moniz.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

MOURA, Suzana. A gestão do desenvolvimento local: estratégias e possibilidades de financiamento. **Revista Organizações & Sociedade**, vol. 5, n. 12, p. 37-57. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/osoc/v5n12/02.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. Desenvolvimento e dependência no sistema nacional de economia política de Frederico List. **Revista UDESC**, vol. 5, n. 2, 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1435/1208>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

NISHIJIMA, Shoji. Políticas industriais Japonesas. **Revista Tempo do Mundo**, vol. 4, n. 3, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6307/1/RTM_v4_n3_Politic.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

OBSERVADOR. **Timor-Leste**: quase 70% da força laboral timorense fora do mercado de trabalho. 2016. Disponível em: <<http://observador.pt/2016/05/16/quase-70-da-forca-laboral-timorense-do-mercado-trabalho/>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano em Timor-Leste 2002**: Ukun rasik a'na o caminho à nossa frente. 2002. Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/rdhtl_final.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2016.

_____. **Relatório de Desenvolvimento Humano em Timor-Leste 2006**: O caminho para sair da pobreza. 2016. Disponível em: <http://www.undp.org/content/dam/timorleste/docs/library/NHDR_TL_2006_PTV.1.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2016.

_____. **Timor-Leste**: Índice de desenvolvimento humano (IDH) valores e classificações. Disponível em: <<http://www.laohamutuk.org/econ/HDI10/NHDRstatsPt.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

RATTER, Henrique. Política industrial no Japão: tendências e perspectivas. **Revista de Administração Pública**, vol. 27, n. 1, p. 11-24, 1987. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v27n1/v27n1a02.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2016.

RODRIK, Dani. **Industrial Policy for the twenty-first century**. IAS. 2004. Disponível em: <<https://www.sss.ias.edu/files/pdfs/Rodrik/Research/industrial-policy-twenty-first-century.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

SECCHI, Leonardo. **Análise de Políticas públicas**: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Learning, 2016.

_____. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. 2p.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolsa, 2010.

SILVA, José Augusto Medeiros; AMORIM, Wellington. O Pensamento Sociológico de Max Weber e a Educação. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v. 6, n. 1, p. 100-110, tri I. 20012, p. 4. Disponível em: <<http://rica.unibes.com.br/index.php/rica/article/viewFile/499/385>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

SUARA TIMOR LOROSAE. **Ate agora, TL haruka ona trabalhador 1.402 ba Korea do Sul**. 2014. Disponível em: <<http://jornal.suara-timor-lorosae.com/ate-agora-tl-haruka-ona-trabalhador-1-402-ba-korea-do-sul/>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

SUZIGAN, Wilson. Experiência histórica de política industrial no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 16, n. 1, p. 61. 1996. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/61-1.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2016.

_____; FURTADO, João. **Política industrial e desenvolvimento**. Revista de Economia Política, vol. 26, n. 2 (102), pp. 163-185. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v26n2/a01v26n2.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

TIMOR-LESTE. **Constituição da República Democrática de Timor-Leste**. 2002.

Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Constituicao_RDTL_PT.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2017.

_____. **LEI N.4/2005 de 7 de Julho Lei do Investimento Nacional**. 2005. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Lei_2005_4_Investimento_nacional_1.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2016.

_____. **Lei N° 5/2005 de 7 de julho Lei do Investimento Externo**. 2005. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Lei_2005_5_Investimento_Externo_1.pdf>. Acesso em: 29/02/2016.

_____. **Orgânica da Secretaria de estado da Formação Profissional e Emprego**. 2008. Disponível em: <<http://mj.gov.tl/jornal/lawsTL/RDTL-Law/RDTL-Decree-Laws-P/Decree-Law-2008-03.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

_____. **SEFOPE no parseria estratéjika sira**. 2011. Disponível em: <<http://timor-leste.gov.tl/?p=5249&n=1&lang=tp>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

_____. **Sensu populasaun no uma kain 2010 iha Timor-Leste – Data sheet**. 2013. Disponível em: <http://www.statistics.gov.tl/wp-content/uploads/2013/12/Wall_20Chart_20Tetum_209_20June.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. **Timor-Leste Plano Estratégico de desenvolvimento 2011-2030**. 2011. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2012/02/Plano-Estrategico-de-Desenvolvimento_PT1.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2016.

TRADING ECONOMICS. **Timor Leste – PIB**. Disponível em: <<http://pt.tradingeconomics.com/east-timor/gdp>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA. **TIMOR-LESTE – Economia não petrolífera deverá crescer em 2014 e 2015**. 2014. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/noticias/2014/06/03/timor-leste-economia-nao-petrolifera-devera-crescer-em-2014-e-2015/>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

_____. **TIMOR-LESTE – País celebra 15 anos do referendo pela independência**. 2014. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/noticias/2014/09/01/timor-leste-pais-celebra-15-anos-do-referendo-pela-independencia/>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

UNIVERSIDADE NACIONAL TIMOR LOROSA`E. **História**. Disponível em: <<http://www.untl.edu.tl/pt/universidade/historia>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

ZANIN, Diane. **Análise da Evolução dos Principais Indicadores Macroeconômicos de Timor-Leste Desde a Independência**. Florianópolis. 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/121454/302657.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 24 abr. 2016.